

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 349
25 de Setembro de 1980

Preço: 12\$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

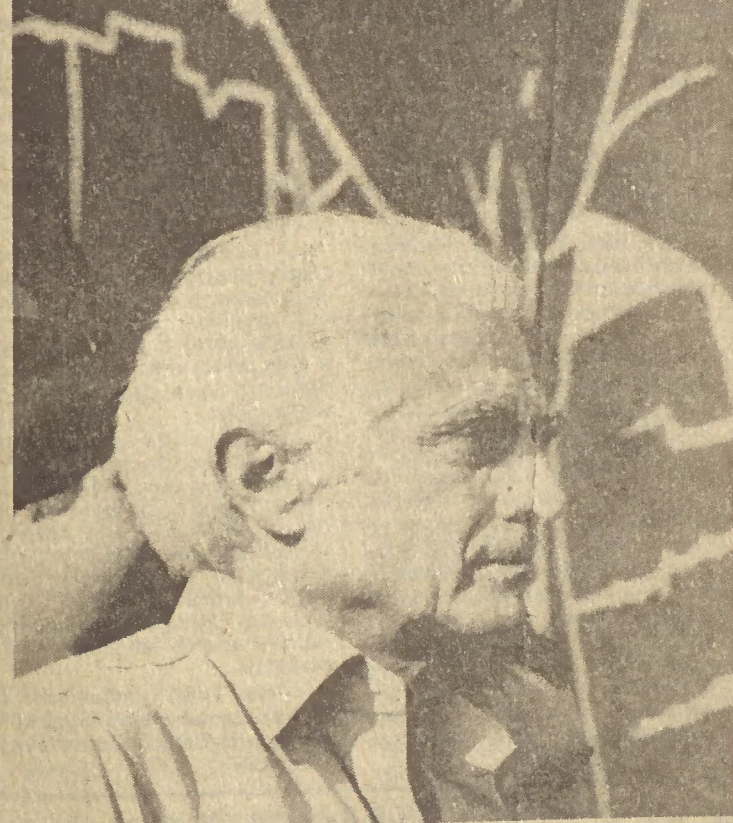
Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

Composição e impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa



Sessão de esclarecimento na sexta-feira, 26 às 19 horas, em Tomar
• **Sessão de esclarecimento na sexta-feira, 26 às 22 horas, em Abrantes** • **Comício no sábado, 27, às 17, no Escoural** • **Sessão de esclarecimento no sábado, 27, às 21 horas, em Estremoz** • **Comício no domingo, 28, às 10 horas, em Moura** • **Visitas, no domingo, 28, às 14 horas a Mértola e às 15.30 a Guiões (Faro)** • **Comício no domingo, 28, às 17 horas, em Faro, na esplanada de S. Luís**



**A «AD» vai perder!
A campanha eleitoral da APU
é já uma grande
campanha de massas
em que Portugal
afirma que não quer
mais reaccionários
no poder.
É indispensável
o empurrão final!
A campanha acaba
para a semana:
até à meia-noite
de 3 de Outubro
esclarece-se,
ganham-se votos,
prepara-se o futuro,
afirma-se
a «AD» vai perder!
Abril Vencerá!**



Editorial

COMEÇAMOS EM FORÇA — TERMINEMOS EM FORÇA !

Editorial

COMEÇAMOS EM FORÇA — TERMINEMOS EM FORÇA !

Na movimentada ponta final desta campanha para as eleições legislativas de 1980 duas ideias-mestras ganham corpo no entendimento e na convicção profunda da imensa maioria dos portugueses:

A primeira é a do carácter decisivo a curto e a médio prazo do acto eleitoral de 5 de Outubro para os destinos da nossa Pátria, da Revolução de Abril de 74, das principais conquistas democráticas do Povo português;

A segunda é a da derrota da «AD» na dupla batalha eleitoral deste ano, a do inevitável colapso das forças reacçãoárias detentoras do Poder, qualquer que seja o terreno de decisão no embate entre o regime democrático e a antidemocracia que a «AD» exprime e personifica em Portugal.

Mesmo envolto no manto cor-de-rosa da demagogia, o projecto «AD» de domínio absoluto das alavancas do Estado pela extrema-direita, é suficientemente conhecido nas linhas de força e na expressão fascizante para se concluir das reais intenções dos seus autores.

Mesmo com o inconcebível atestado de «adepto da democracia» passado por Mário Soares ao actual Primeiro-Ministro, Sá Carneiro tem mostrado nesta campanha eleitoral o seu incorrigível reacçãoarismo, a sua total falta de isenção e de escrúpulos, a sua insaciável sede de Poder.

A campanha para as eleições legislativas de 80 tem permitido evidenciar com certa clareza o que na realidade é e o que quer a clique reacçãoária governante e o que esperaria o Povo português se a «AD» não fosse terminantemente derrotada nas eleições de 5 de Outubro.

Ao mesmo tempo, em todo o processo golpista de assalto ao Poder pelas forças reacçãoárias representadas pelo Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, cava-se a previsível derrota eleitoral da «AD», a sua necessária recondução à minoria parlamentar, o seu afastamento definitivo da área do Poder.

Destas duas ideias-mestras que se radicam na inteligência e na crença dos portugueses resulta que a necessária derrota da Aliança reacçãoária e a correspondente vitória das forças democráticas não serão uma simples «alternância de Poder», como pretendem certos dirigentes do PS.

Serão sim, na sua expressão mais fiel, um autêntico repúdio nacional das tentativas de regresso ao passado fascista, uma reafirmação vitoriosa e pujante dos ideais e das conquistas mais caras do 25 de Abril.

COMO se exprime nesta ponta final da campanha eleitoral para as legislativas de 80 o carácter reacçãoário e fascizante do ideário e da prática política da Aliança reacçãoária?

Naturalmente, em primeiro lugar, na própria natureza de classe, na «qualidade» ideológica das pessoas e dos grupos de pressão que detêm o controlo da máquina governativa.

São representantes directos dos grandes banqueiros, industriais e latifundiários, verdadeiros lacaios do imperialismo e do capital estrangeiro os que hoje se sentam nas ministeriais cadeiras do Governo actual.

Mas é no gritante contraste entre as palavras e os actos, entre as promessas eleitoralistas e as realidades concretas da política dos actuais governantes que se exprime plenamente e de maneira visível para as simples pessoas o carácter profundamente reacçãoário e fascizante da «AD».

Na «missiva» eleitoralista aos «Caros Amigos» subscrita pelo trio dirigente da Aliança reacçãoária, diz-se com o ar mais sério deste mundo que «é necessário... fundar um regime plenamente democrático» que «só a vitória da «AD» garante a estabilidade e paz para os próximos quatro anos» e de certo todos estão lembrados das anteriores afirmações do Primeiro-Ministro acerca da «moralização» das funções governativas que iria caracterizar o trabalho dos ministros da «AD».

Mas na prática, mesmo em plena campanha eleitoral, o pequeno despota Sá Carneiro, o seu par Freitas do Amaral e toda a clique governante atropelam a legalidade democrática; espezinham a Constituição da República; partidarizam a seu favor as instituições democráticas; procuram instrumentalizar as Forças Armadas e militarizadas; investem com salteadores de estrada contra o pluralismo informativo nos órgãos de comunicação social estatizados, atacam postos de trabalho e violam a ética profissional dos trabalhadores da informação falada e escrita; agravam numa escala sem precedentes as condições de vida dos portugueses de recursos mais modestos, introduzem a violência como forma de «diálogo», como resposta às reivindicações mais sentidas do povo que labuta nas cidades e nos campos, em particular na zona martirizada da Reforma Agrária; põem em almeida a independência nacional; a conduta moral de responsáveis pela governação pública assenta na fraude, na corrupção e no compadrio.

E não se diga nem se pense que isto é contrapropaganda eleitoralista da oposição democrática — o que ali está é a realidade pura e simples, os exemplos abundam e podem ser comprovados por qualquer cidadão.

ITEMOS alguns ao acaso:

O Governo «AD» decretou um «generoso» aumento do salário mínimo nacional para 9 contos a partir de 1 de Outubro, quatro dias antes das eleições (!), mas há 6 meses a CGTP-IN reivindicara esse aumento já então considerado abaixo do aumento sofrido pelo custo de vida.

Mas a partir de 1 de Julho o Governo «AD» aumentou-se a si próprio os «salários»... Sá Carneiro passou a ganhar 64 contos e meio por mês, Freitas do Amaral 61,5, os ministros 57 e os secretários de Estado 54. Isto sem contar com as ajudas de custo — um autêntico «saco azul» de alguns governantes. Por exemplo, a secretária de Estado da Emigração recebeu mais 260 contos pelos 52 dias que esteve fora do País até 7 de Junho.

Na sessão televisiva da «AD» na última sexta-feira o antigo dirigente da ANP e actual ministro do Comércio, Basílio Horta, veio dizer com o mais despiantado sorriso que o preço da carne baixou, que os dos medicamentos baixaram, enfim, que a vida sob a égide do Governo «AD» é um mar de rosas para o povo trabalhador.

Entretanto, em Maio de 80 comparativamente

a Malo de 79 a carne tinha subido 83 escudos, o feijão 24 e a pescada 12; 150 produtos farmacêuticos subiram mais de 100%. O preço de 7 deles, por exemplo, subiu de 974 escudos para 1464.

Apesar de tudo isto o ministro da Economia e Finanças, que faz lembrar o célebre «Daniel das faturas» dos governos de Salazar, apregoa as belezas da política económica do Governo «AD». Mas contrariando as rosadas declarações do ministro, o défice da balança de «transacções correntes» foi, em Abril, de 8 mil e 76 milhões de contos — o 2.º maior défice do ano — que elevou para 21 255 milhões de contos o défice global.

O Governo decidiu em Agosto começar a pagar as «indenizações» aos antigos accionistas expropriados das empresas nacionalizadas, um trabalho cheio de «enganos e imprecisões».

Com os olhos postos nas eleições os governantes deram o aval ao pagamento imediato aos titulares dos fundos FIA e Fides até 10 contos mas deixam na penumbra os grossos benefícios dos grandes accionistas. Só para 800 destes «indenizados» da classe superior a 6050 contos serão pagos 60 milhões de contos (média de 75 000) enquanto que a 120 000 pequenos accionistas com menos de 50 contos serão pagos apenas 4 milhões de contos!

Com certeza os irmãos Sá Carneiro acusados de uma dívida fraudulenta de 33 000 contos à banca nacionalizada, e pessoalmente o Primeiro-Ministro, accionista de 9 bancos, 7 companhias de seguros e de algumas outras grandes empresas hoje nacionalizadas, não se enquadram neste último escalão das indenizações...

O último episódio da exoneração administrativa do comandante da PSP de Lisboa por determinação do Ministério da Administração Interna é revelador do total desrespeito dos governantes da «AD» por normas que se tomaram usuais na ética de comando das Forças Armadas e militarizadas.

No afã de colocar em postos-chaves do aparelho de segurança os seus homens de mão numa perspectiva de golpe contra a democracia e o 25 de Abril, o Governo Sá Carneiro, desmentindo de maneira frontal as suas próprias promessas de «estabilidade e paz», desestabiliza abertamente situações tão melindrosas como a das Forças Armadas e militarizadas, lança perigosas sementes de confrontação entre sectores nevrálgicos da sociedade portuguesa, adensa de nuvens negras a tranquilidade dos portugueses.

Os exemplos poderiam multiplicar-se até ao infinito.

O que importa é que o Povo português está em condições de os comprovar directamente, sente na própria carne e na existência de cada dia as consequências nefastas da política do Governo «AD», vai formulando o seu próprio juízo num «saber de experiências feito» e é na auscultação das reacções populares à política do Governo que se pode fazer esta afirmação categórica:

A «AD» vai perder as eleições, a reacção vai ser derrotada; as forças democráticas vão ficar em maioria na Assembleia da República, uma alternativa democrática de Governo e de política vai tomar-se possível em resultado das eleições de Outubro.

MAS uma alternativa democrática ao Governo actual e à política actual está fortemente comprometida pelas posições anticomunistas e de conciliação com a direita manifestadas por altos dirigentes do PS, em particular pelo seu secretário-geral, Mário Soares.

Com a costumada cegueira política e o incorrigível oportunismo que levaram à quebra vertical da força de influência do PS nos sucessivos actos eleitorais, certos dirigentes socialistas, particularmente Mário Soares, atolam-se de novo no anticomunismo e no anti-sovietismo para agradarem à pior reacção e ao imperialismo, os ataques ao PCP e à APU são por vezes a fatia maior na propaganda eleitoral da FRS.

O face-a-face na TV com Freitas do Amaral foi em questões fundamentais uma deplorável cena de namoro com a direita.

O necessário entendimento entre socialistas e comunistas, entre a indispensável abertura a um acordo de política e de governo entre a FRS e a APU abririam largas possibilidades de uma maioria política democrática na Assembleia da República, constituiriam uma garantia real de continuação e consolidação do processo democrático iniciado em 25 de Abril.

Mas as afirmações de destacados dirigentes do PS como Mário Soares, Vítor Constâncio, Jaime Gama e outros de entendimento com a direita são, além de um claro desmentido às falsas teorias da maioria absoluta da FRS nas eleições de Outubro, um forte alerta aos eleitores socialistas que no próximo dia 5 deverão votar democracia.

Cada vez mais claramente se vê que só o voto no PCP e na APU é o único certo, seguro, útil e necessário na democracia e no 25 de Abril.

Cada vez ganha maior relevo entre os eleitores socialistas que o mais sério obstáculo a um entendimento com a direita por parte dos dirigentes do PS é a votação maciça no PCP e na APU como grande força unitária ao serviço da democracia.

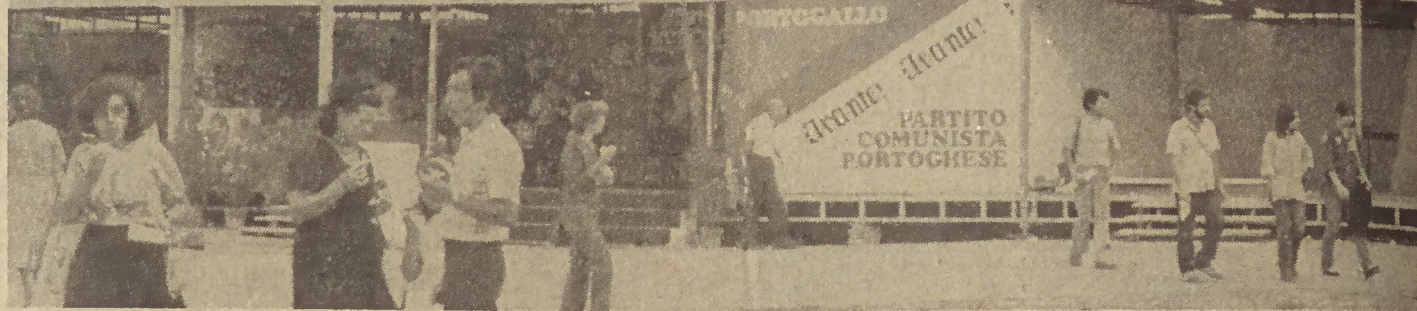
A campanha eleitoral da APU abriu com dinamismo e em força e é imperioso que termine com força.

Por todo o País, no Continente e nas Regiões Autónomas, os candidatos do PCP, do MDP/CDE e independentes que integram as listas da APU encontram o crescente acolhimento das massas populares.

Organizar a concorrência às urnas de todos os que querem votar na democracia e no 25 de Abril, esclarecer a massa dos eleitores de que o voto na APU é o voto útil, seguro, certo e necessário para colocar na Assembleia da República uma efectiva maioria democrática, fiscalizar com firmeza o acto eleitoral, são tarefas que não podem sofrer afrouxamentos no plano de organização e da propaganda pelos comunistas e seus aliados.

A batalha do dia 5 de Outubro ganha-se na mobilização de todas as energias, na diversidade e audácia das iniciativas políticas, no esforço de todos e de cada um dos democratas para um êxito seguro que está plenamente ao nosso alcance.

Unir, organizar, esclarecer — eis a tarefa essencial para aumentar os votos e o número de deputados da Aliança Povo Unido, na próxima Assembleia da República.



Festas dos jornais de partidos irmãos

“Unitá”

De 30 de Agosto a 14 de Setembro, 15 dias de Festa animaram a cidade de Bolonha, capital da Emilia Romana, em Itália. Era a Festa do “Unitá”, jornal do PCI, na qual participaram cerca de um milhão de pessoas. Zona industrial desenvolvida, de largas tradições antifascistas cujas raízes mergulham na resistência contra a ditadura italiana de Mussolini e contra o nazismo alemão, a Emilia Romana tem, desde o fim da guerra, maioria comunista nos órgãos eleitos.

Bolonha foi também o local escolhido pelos fascistas para em 2 de Agosto passado levarem a cabo um sangrento atentado, fazendo explodir uma potente bomba numa sala de espera de segunda classe da gare de caminho de ferro da cidade, matando mais de 80 pessoas, cuja idade média era inferior a 20 anos, ferindo mais de 200 outras. Esta festa, demonstrando o largo apoio de massas dos comunistas italianos, foi a resposta que o PCI quis dar às provocações e às barbaridades fascistas.

O maior número de actividades da festa realizou-se num vasto parque municipal da cidade, onde se encontravam as zonas de exposições políticas, os recintos desportivos. No centro da cidade um palco, onde se desenrolaram espectáculos e havia uma livraria, transformava a cidade num grande centro de convívio promovido pelo “Unitá”. O palco principal acolheu grandes atracções italianas e internacionais, destacando-se o circo de Leníngrado. Ai se realizou também o comício final, com a presença de cerca de 200 mil pessoas.

Na cidade internacional os hóspedes de honra foram os africanos, culminando os êxitos alcançados na década de 70 na libertação do continente, com especial destaque para Angola e Moçambique.

Um stand do “Avante!”, com uma exposição política sobre os problemas actuais do nosso país também estava presente. E a delegação portuguesa, composta pelos camaradas Fernando Vicente, suplente do Comité Central, e António Pedro, da SIP Central, que visitaram a festa, tiveram oportunidade de se associarem à homenagem aos mártires da última guerra e às vítimas dos atentados fascistas.

“L’Humanité”

No Parque da Courneuve, como já é tradição, dois dias de Setembro desta vez o passado fim-de-semana — levam lá muitos franceses e trabalhadores, democratas de todas as tendências, num convívio que reúne todas as regiões da França. Pavilhões regionais, com os seus produtos, grandes exposições, espectáculos, debates políticos, fazem da Courneuve uma cidade viva, rica da alegria e da combatividade e do espírito criador dos comunistas.

Desta vez, a Festa de “L’Humanité” foi considerada a maior de sempre. A volta da festa

do jornal do Partido Comunista Francês, que atrai sempre muitas centenas de milhares de pessoas, reuniu-se a expressão da militância dos membros do partido irmão e da combatividade proletária que luta contra as pressões das grandes multinacionais e contra os despedimentos com que os capitalistas pretendem resolver a crise que o sistema origina.

A Festa de “L’Humanité” foi ainda a oportunidade para o Partido Comunista Francês definir a sua estratégia sobre as próximas eleições presidenciais.

Como já é também tradição o “Avante!” esteve presente na Courneuve. Um pavilhão do órgão central do PCP, com uma exposição política, foi o centro de atenção de muitos emigrantes portugueses que ali se juntaram.

O camarada Fernando Vicente, suplente do Comité Central, que fez uma alocução sobre o momento político português e as batalhas que se travam hoje no nosso país pela democracia e pela defesa de Abril, teve a oportunidade de corresponder ao interesse dos nossos compatriotas, dialogando com eles sobre os problemas que actualmente se colocam e as tarefas que mobilizam em Portugal os comunistas com vista a alcançar uma vitória democrática nas próximas eleições.

“Drapeau Rouge”

Num clima marcado pela crise política, económica e social, foram milhares as pessoas que acorreram à Festa do “Drapeau Rouge” e do “Rode Vaan” — o jornal do Partido Comunista Belga e o hebdomadário do mesmo partido, o primeiro em língua francesa e o segundo em neerlandês, as duas línguas nacionais da Bélgica. Uma festa onde se triam retemperar as forças para iniciar o novo ano de trabalho cujas perspectivas incluem certamente batalhas políticas importantes.

Três grandes chapiteaux, cobrindo uma área de 6 mil metros quadrados num antigo terreno de crossing, em Bruxelas, na comuna de Molenbeek-Saint-Jean, abrigavam o essencial das exposições, espectáculos e outras

actividades. No exterior, face a algumas tendas, o fumo dos grelhados — sobretudo especialidades de países estrangeiros cujos partidos comunistas se faziam representar. E a cidade da criança, com espectáculos, jogos e outras actividades organizadas com a colaboração dos Pioneiros.

No sábado de manhã, após a visita dos representantes dos jornais dos partidos irmãos acompanhando o Presidente do PCB, este proferiu um discurso de abertura referindo-o-se nomeadamente à crise política que a Bélgica vive — o Governo esteve a cair em virtude da atitude tomada pelos socialistas flamengos que participam no executivo e se opunham à instalação de mísseis da NATO em território belga —, e à crise económica, pretexto para as tentativas que o Governo prossegue no sentido de retirar aos trabalhadores as suas conquistas de âmbito salarial e de assistência. O discurso apelaria à mobilização pela defesa dessas conquistas por parte de trabalhadores belgas e imigrantes.

Estes últimos estavam bem representados na Festa, à altura da sua participação na vida do país — em Bruxelas um quarto da população não é belga e 40 por cento dos trabalhadores são estrangeiros. Quanto a stands de jornais e de partidos irmãos o “Avante!” lá estava também, com uma exposição sobre a Festa do Alto da Ajuda, demonstrativa do largo apoio de massas que o PCP conquistou em Portugal, e sobre as batalhas políticas que actualmente mobilizam os comunistas e os democratas portugueses.

“De Waarheid”

Vinte e cinco mil pessoas participaram na Festa do jornal do Partido Comunista da Holanda, “De Waarheid”, realizada no passado domingo em Amsterdam, nas vastas instalações do Palácio dos Congressos da capital holandesa. Vinte e cinco mil pessoas que tornaram pequenos os recintos das exposições, os palcos e auditórios que por todo o lado se encontravam — debates sobre questões sociais e políticas,

espectáculos musicais, poesia, declamação, folclore, eram pontos de encontro dos milhares de visitantes, na esmagadora maioria jovens à volta dos vinte anos.

Um Centro do Terceiro Mundo, espécie de cidade internacional, agrupava cerca de meia centena de stands de comités autónomos, que se dedicam à solidariedade a outros países. Lá pudemos ver o stand do Movimento Democrático das Mulheres, onde emigrantes portugueses tinham oportunidade de expor os problemas da mulher portuguesa; o Comité de “Acção Reforma Agrária em Portugal”, onde holandeses e portugueses recolhiam fundos destinados à ajuda aos trabalhadores desempregados da Reforma Agrária, à criação de creches e de lares para a terceira idade, à ajuda às UCPs e Cooperativas que encetaram processos jurídicos na sequência de reservas ilegais; e também a “Túlipa Vermelha”.

Cerca de duzentos comités autónomos da Holanda, cuja actividade se debruça sobre problemas de bairro, do ensino, das mulheres e outros, participavam activamente na festa, com exposições vivas e cuidadas, sublinhando a ligação do jornal comunista com vastas camadas populares.

Nos palcos e auditórios, espalhados no interior das instalações, grupos musicais tradicionais da Holanda, bem como as mais recentes formas de espectáculo musical interessavam os visitantes. Participavam ainda grupos de outros países — ópera da Bulgária, folclore soviético, teatro mimico de Praga, entre outros.

Momento alto da Festa foi o discurso proferido pelo camarada Marcus Bakker, membro da Direcção do Partido Comunista da Holanda, que criticou a política do Governo, destacando os pontos principais do combate que os comunistas holandeses desenvolvem — pela paz, pela democracia e pelo poder de compra da população. Ao comício, além dos representantes de 14 jornais de partidos comunistas irmãos, assistiram muitos milhares de pessoas na vasta sala do Palácio dos Congressos.



Viva o 60.º aniversário do PC do Uruguai!

Assinalando o 60.º aniversário do Partido Comunista do Uruguai, o Comité Central do nosso Partido enviou ao CC do PCU a seguinte mensagem:

«Interpretando os sentimentos da classe operária do nosso país, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o Comité Central do Partido Comunista do Uruguai pelos 60 anos de luta do partido da classe operária do Uruguai pelas mais profundas aspirações operárias e populares e pelos reais interesses da sua pátria.

«Ao assinalarmos o 60.º aniversário do PCU, e vendo que comemorais em combate, nas difíceis condições da clandestinidade, evocamos a memória das dezenas de comunistas e outros revolucionários assassinados pelo fascismo e expressamos-vos a nossa solidariedade com a luta que travais para que seja dado a conhecer o paradeiro dos militantes desaparecidos, pelo fim da tortura, pela libertação do presidente da Frente Ampla, general Seregni, e de todos os patriotas presos, entre os quais se encontram dirigentes do PCU,

sindicais e da juventude, como Jaime Pérez, José Luis Massera, Gerardo Cuesta, Alberto Alesor, Vladimir Turiarsky, Rosário Pietrarroia, Léon Lev, Jorge Mazzarovich e tantos outros.

«Apesar das ferozes repressões de que são alvo principal da ditadura fascista e dos duros golpes sofridos, os comunistas uruguaios continuam sendo a alma da resistência ao regime fascista, lutando consequentemente pela unidade da classe operária — de que é expressão a Convenção Nacional dos Trabalhadores — das massas populares e de todos os patriotas que combatem pelo derrubamento da ditadura fascista e a reconquista da democracia.

«Os comunistas portugueses são solidários com a batalha do partido irmão do Uruguai pela unidade e convergência das forças sociais e políticas opostas ao regime, na luta pela amnistia geral, o restabelecimento das liberdades democráticas, por profundas transformações económicas e das tentativas do capital financeiro e dos latifundistas, apoiados pelo imperialismo norte-americano de perpetuarem o regime actual, procurando

disfarçá-lo através de uma pseudoconstitucionalização.

«Não obstante o imperialismo vir intensificando nos últimos tempos uma vasta contra-ofensiva visando travar a luta libertadora dos povos da Ásia, África e América Latina e o movimento da classe operária dos países capitalistas, e impedir que novos êxitos sejam alcançados pela URSS e restantes países socialistas na construção do socialismo e do comunismo, o nosso Partido continua a considerar que a evolução da situação internacional se processa favoravelmente às forças da paz e do progresso social. São irreversíveis as profundas transformações operadas nas últimas décadas em todo o mundo pelo avanço do processo revolucionário mundial. As ingerências e agressões do imperialismo internacional e o apoio às forças internas fascistas, antipatrióticas e ultra-reacçãoárias em numerosos países da América Latina, não quebrarão a intensificação da luta libertadora e anti-imperialista dos seus povos, como o mostra presentemente o triunfo da revolução da Nicarágua.

«O PCP considera de fundamental importância o reforço da unidade do movimento comunista internacional como força insubstituível na luta pela defesa da paz e do progresso social e como factor decisivo da coesão das forças anti-imperialistas e amantes da paz à escala mundial.

«A nossa solidariedade de combate sempre se unirá à luta dos comunistas e do povo uruguaios que, estamos certos, alcançarão a vitória sobre a ditadura fascista e com ela abrirão o caminho da democracia e da liberdade na vossa pátria.

«Desejando ao Partido Comunista do Uruguai os maiores sucessos na sua actividade, os comunistas portugueses continuarão a actuar pelo reforço e desenvolvimento dos laços de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PCU, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

«Viva o 60.º aniversário do Partido Comunista do Uruguai!
«Viva o Partido Comunista do Uruguai!»

CRISE E QUEDA DOS GOVERNOS PS

Volume I
DA CONTRA-REVOLUÇÃO LEGISLATIVA
À FORMAÇÃO DO GOVERNO PS/CDS

edições
Avante!

Volume II
O GOVERNO PS/CDS

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769727/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV — 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1300 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 58 — 4000 Porto. Tel. 28938. Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 168, Pedreira — 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcacova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impresso na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média no mês de Agosto: 59.125

A última da «AD» contra os trabalhadores

A menos de um mês das eleições legislativas e em plena campanha eleitoral, o Governo, como a CGTP-IN já alertou, anuncia a intenção de aprovar dois diplomas, um sobre duração e organização temporal do trabalho, outro sobre modalidades de pagamento de retribuição. Os dois projectos de decreto-lei, publicados na separata n.º 8 do Boletim de Trabalho e Emprego, cuja discussão foi imediatamente iniciada pelo Movimento Sindical, designadamente pelos sectores mais afectados onde predomina o comércio, incidem fundamentalmente na liberalização dos horários de trabalho e em matérias que, como assinala ainda a CGTP-IN, são da "competência reservada da Assembleia da República", nos termos muito claros da Constituição sobre direitos fundamentais dos trabalhadores. A CGTP-IN recorda, por outro lado, que o Governo não obteve a necessária autorização do Parlamento para legislar sobre alterações à legislação laboral.

Como entende fazê-lo

O projecto governamental sobre horário de trabalho, que contraria as orientações da própria OIT, da qual, como é sabido, Portugal faz parte, representa, segundo a CGTP-IN, um retrocesso significativo relativamente ao regime em vigor. Mantendo na entidade patronal os poderes para estabelecer o horário de trabalho, o diploma vem alargar, na prática, o âmbito desses poderes ao alcançar os limites para a fixação do horário de trabalho. Conferindo poderes aos ministros do Trabalho e do sector da respectiva actividade para, por despacho conjunto, imporem o regime de duração e organização do trabalho que entenderem à margem dos trabalhadores e das suas organizações, o projecto limita o direito de contratação colectiva constitucionalmente assegurado aos trabalhadores e às associações sindicais e limita ainda os direitos das autarquias locais na prossecução dos interesses próprios das populações. O Executivo "AD" pretende mesmo afastar a possibilidade de os trabalhadores deduzirem oposição fundamentada às pretensões das entidades patronais, como até agora acontecia. E a questão agrava-se ainda mais, com os "horários/AD", em grande número de empresas, como se verá a seguir, onde o total dos empregados não justifica a existência de CTs e de outros órgãos representativos, mas cujos interesses são tão legítimos como os de quaisquer outros trabalhadores.

72 850 empresas com três ou menos trabalhadores

"No comércio retalhista em Portugal — afirma o Sindicato dos trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto — de 91 por cento do total das empresas comerciais, 90 por cento (72 850 empresas) dispõem de 3 ou menos trabalhadores — incluindo neste número os patrões activos — e somente 0,3 por cento (219 empresas) dispõem de mais de 50 trabalhadores".

Caracterizada, em Portugal, como assinala o mesmo Sindicato, "pelo predomínio de pequenas e médias empresas", a estrutura do comércio, se as medidas de liberalização total de horários vierem a ser aplicadas, vão lesar gravemente a esmagadora maioria dessas empresas (cerca de 80 mil) que empregam de um a dezanove trabalhadores e que representam — sublinhe-se — perto de 99 por cento do total das sociedades comerciais existentes.

Segundo a análise divulgada num documento do mesmo Sindicato do Porto, cerca de 70 por cento do volume de vendas no comércio retalhista é realizado por essas pequenas e médias empresas e, em 1976, esse volume atingiu mais de 100 milhões de contos. Além de "demagógico", o Sindicato considera o projecto de horários/"AD" pior para os trabalhadores do que as leis do governo fascista derrubado no 25 de Abril.

O esquema de horários livres (incluindo sábados à tarde, domingos e feriados) atingiria imediatamente direitos conquistados por 150 mil trabalhadores do comércio.

Liberalização rejeitada em Encontro Nacional

Entretanto, a Federação dos Sindicatos do Comércio promovia um Encontro Nacional de juristas e dirigentes sindicais. No último sábado, em Lisboa, na sede do Sindicato do Comércio do distrito, os participantes no Encontro, representando os distritos de Aveiro, Santarém, Porto, Coimbra, Setúbal, Beja, Lisboa, Évora, Portalegre, Braga, Faro, Viseu e Leiria rejeitaram totalmente os horários/"AD" e chamaram especialmente a atenção para os únicos a ganhar com as medidas previstas pelo Governo: os grandes patrões, as grandes empresas do ramo, as multinacionais.

As pequenas e médias empresas só veriam ainda mais agravadas as suas dificuldades e o desemprego aumentaria.

Rodoviários: horas extras "de borla"

Outro dos sectores mais ameaçados pelo anteprojecto sobre "duração e organização do trabalho/AD" é o dos rodoviários. A respectiva Federação, em comunicado recente, depois de assinalar que

"voltam as intermitências" (tempos de paragem entre serviços independentes da vontade dos trabalhadores) acrescenta que, segundo o n.º 2 do art.º 21.º do projecto/"AD", o tempo de trabalho de um trabalhador, mesmo dentro do seu horário de trabalho, não será sempre contado a 100 por cento, desde que não esteja a prestar serviço efectivo (por exemplo, o motorista que espera que descarreguem a sua viatura). Esse tempo, ainda segundo o "horário/AD", é contado apenas em metade para efeitos do cômputo da duração efectiva do trabalho e da retribuição. Ataque idêntico sofrem as horas extraordinárias.

Segundo a "AD" (art. 14.º do mesmo anteprojecto) o trabalhador só terá direito ao "pagamento das horas extraordinárias que fizer, se tiver obtido previamente uma autorização escrita do patrão e da Inspecção do Trabalho". Assim, esclarece a Federação, um trabalhador que venha a conduzir a viatura da empresa e que se atrase devido a uma "bicha", ou avaria, e que por isso se veja obrigado a ultrapassar o seu período normal de trabalho, se não obtiver antes uma autorização escrita do patrão, as horas que tiver de fazer a mais para chegar ao destino não lhe serão pagas.

E estes são apenas alguns dos "benefícios/AD", dos "benefícios" que promete o voto na "AD".

Uma avaria, um acidente, por exemplo, com a viatura de uma empresa, segundo o "horário/AD", autoriza o patrão a "obrigar o trabalhador a trabalhar para além do seu horário de trabalho, sem que tenha de pagar esse tempo a mais".

A "humanização" do trabalho na versão "AD"

A CGTP-IN adverte, mais uma vez a tempo e horas, que "a humanização do trabalho para este Governo é permitir que o trabalhador possa trabalhar efectivamente 55 horas por semana e 12 horas por dia; é contar por metade o tempo em que o trabalhador, estando no local de trabalho ou à disposição da entidade patronal, mas não trabalha por razões que lhe são alheias, permitindo que se duplique o período normal de trabalho; é permitir que os trabalhadores por turnos, em vez de descansarem ao sétimo dia, o façam apenas no oitavo; é liberalizar a prestação do trabalho extraordinário, permitindo mesmo à entidade patronal não o pagar, desde que o trabalhador não disponha da necessária autorização escrita; é impedir as reduções dos períodos normais de trabalho inferiores a 40 horas semanais, mesmo naqueles casos de trabalhos perigosos, insalubres e penosos como o dos mineiros, dos que trabalham com produtos tóxicos, etc."

Segundo o projecto de decreto-lei sobre horários de trabalho se, por exemplo faltar a corrente eléctrica numa fábrica durante 8 horas só contam 4 horas de trabalho!

O projecto da AD...

Artigo 4.º

1 — O período normal de trabalho não pode ser superior a oito horas por dia e a quarenta e cinco horas por semana.

Artigo 7.º

1 — Os limites máximos dos períodos normais de trabalho fixados no n.º 1 do artigo 4.º poderão também ser ultrapassados : (...)

e) No caso de trabalho prestado para compensar suspensões de trabalho (...) desde que os tempos de trabalho assim recuperados não aumentem o período normal de trabalho para mais de dez horas por dia e de cinquenta e duas horas por semana;

f) No caso do trabalho prestado para compensar suspensões de trabalho por causas accidentais ou de força maior, designadamente acidentes nas instalações, sinistros, intempéries e interrupções de força motriz, luz, aquecimento ou água, desde que tais suspensões sejam compensadas nos dois meses seguintes à cessação da suspensão de trabalho e os tempos de trabalho assim recuperados não aumentem o período normal de trabalho para além dos limites fixados na alínea anterior.

(...)

3. Quando alguma das situações previstas nas alíneas e) e f) do n.º 1 se acumule com qualquer das outras situações previstas no mesmo número ou no artigo anterior, poderão ser ultrapassados o limites fixados nos termos daquelas alíneas, mas sem prejuízo do disposto neste diploma sobre limites máximos de duração efectiva de trabalho.

Artigos 21.º

1 — Considera-se duração efectiva do trabalho o tempo durante o qual o trabalhador presta serviço efectivo à entidade patronal ou se encontra à sua disposição.

2 — O tempo de mera disponibilidade ou de simples presença é contado apenas em metade para efeitos de cômputo da duração efectiva do trabalho e de retribuição.

Artigo 22.º

1 — (...) a duração efectiva de trabalho em caso algum poderá ser superior a doze horas diárias e cinquenta e cinco horas semanais.

...e o que ele pode dar !

1.º exemplo

- a) Numa obra de construção civil trabalham 20 trabalhadores com horário das 8 da manhã às 5 da tarde com 1 hora para almoço, de segunda a sexta e das 8 às 12 ao sábado (45 horas por semana);
- b) Durante uma semana inteira chove a cântaros e torna-se impossível a laboração, pelo que os trabalhadores se limitam a fazer pequenas coisas e, das 8 horas diárias, acabam parados 4 por dia;
- c) Segundo a nova legislação, o empregado tem o direito de lhes exigir, durante os dois meses seguintes, duas semanas até às 6 horas da tarde e aos sábados até à 1 da tarde sem pagar nada de horas extraordinárias.

Como as 4 horas diárias em que durante uma semana os trabalhadores estiveram parados não foram «trabalho efectivo» só é contado em metade (4x6=24; 24:2=12). O patrão tem assim «direito» a exigir que nos dois meses seguintes o trabalhador «reponha» as 12 horas desde que para «repor» não trabalhe mais de doze horas diárias ou 45 semanais. Exigindo 9 horas de trabalho durante 15 dias normais e 6 ao sábado não excede as 9 diárias nem as 55 semanais — está «dentro da lei» !

2.º exemplo

- a) Um motorista de pesados pega no seu carro às 6 da manhã para ir carregar um contentor a um terminal;
- b) Como muitas vezes acontece, há uma enorme bicha para carregar e o carro fica à espera de vez;
- c) Ao fim de 8 horas de trabalho, isto é, por volta das 3 da tarde (descontando o tempo para almoço) a bicha continua e o carro limitou-se a avançar uma dezenas de metros na bicha;
- d) À 5 da tarde, o terminal fecha e o motorista encontra o carro de forma a não perder a vez;
- e) À 7 horas do dia seguinte (hora da abertura do terminal) está novamente junto ao seu carro e, finalmente, ao meio dia consegue que lhe carreguem o contentor e arranca para uma viagem de 2 horas até ao destinatário do contentor. No destino o contentor é posto no chão em 30 minutos e ele regressa à garagem, no que demora mais 2 horas;
- f) Para este serviço, o motorista trabalhou em dois dias 19 horas e 30. Mas o patrão, segundo a nova legislação, pode considerar que ele apenas trabalhou 6 (1 hora para levar o carro ao terminal, mais 4 do transporte e uma para cargas e descargas) e que as outras 13 e meia que esteve à espera não foram «trabalho efectivo», pelo que «pode exigir» que nos dois meses seguintes o motorista «reponha» 6 horas à borla!

3.º exemplo

- a) Num escritório de uma companhia de vinho do Porto na Régua trabalham 10 empregados de escritório e 8 empregados de armazém. Para simplificar, suponhamos que todos trabalham das 9 da manhã às 6 da tarde com 1 hora para almoço e só de manhã ao sábado, até ao meio dia (43 horas por semana cada um);
- b) Durante o inverno há uma cheia do rio Douro e as águas impedem o acesso ao escritório durante 15 dias; naturalmente, os trabalhadores nem sequer podem ir até ao trabalho; o patrão pode assim considerar que não houve «trabalho efectivo» e exigir aos trabalhadores que «reponham» durante os dois meses seguintes 43 horas de trabalho;
- c) Pode assim exigir, por exemplo que, logo que a água baixe, os trabalhadores façam um horário durante 3 semanas de trabalharem à 2.ª e 3.ª das 8 da manhã às 9 da noite com 1 hora para almoço (12 horas) à 4.ª e 5.ª das 8 da manhã às 7 da noite com 1 hora para almoço, (10 horas) horário normal à 6.ª e sábado e ainda «tem a haver» mais 7 horas — todo este trabalho extraordinário sem pagar um tostão!

Nem os pequenos senhores escapam à «AD»...

A nova taxa da Contribuição Predial faz milhares de pequenos pagar mais e enriquece umas centenas de grandes !

Nas pequenas como nas grandes coisas se manifesta quem serve e para quem governou o governo da «AD».

E não se pense que foram apenas os trabalhadores, os camponeses, os rendeiros e seareiros, os empregados, os pescadores que foram vítimas da fúria revanchista do governo reaccionário. Não. Também os pequenos proprietários, os pequenos industriais e comerciantes, todos aqueles cujos interesses não são os dos grandes capitalistas viram a sua vida piorar, as condições de trabalho e de existência atingidas.

Inclusivamente os proprietários de pequenos prédios urbanos e todos aqueles que compraram casa própria para habitar.

O caso é verdadeiramente exemplar.

Como é do conhecimento geral, o proprietário de um qualquer prédio ou andar paga um imposto — a Contribuição Predial.

Trata-se de um imposto eivado de vícios, de problemas de borranças, de habilidades as mais variadas que vão dos vícios das matrizes prediais até às traquibérnias com rendas de casa mas que, até à data, conta-

va com um sistema escalonado de cobrança que tinha em conta minimamente (minimamente, mas em todo o caso tinha...) as diferenças de rendimentos entre o pequeno proprietário de um andar ou de um velho edifício e o tubarão da construção civil com dezenas de prédios e milhares de contos de rendimento.

O Código da Contribuição Predial previa com efeito três escalões com diferentes taxas de incidência do imposto. Um 1.º escalão para rendimentos

QUADRO 1

Antigos escalões da Contribuição Predial	Número de colectas em 1978	O que aconteceu com o governo «AD»
Rendimentos colectáveis até 360 000\$00 por ano	1 108 525	O imposto subiu de 16,38% para 18%
Rendimentos colectáveis de 360 001\$00 até 600 000\$00 por ano	4 159	O imposto desceu de 20,16% para 18%
Rendimentos colectáveis de mais de 600 000\$00 por ano	2 709	O imposto desceu de 25,2% para 18%

até 360 contos anuais de 13%; um segundo para rendimentos entre 360 e 600 contos anuais de 16%; e um terceiro de 20% para os rendimentos superiores a 600 contos.

Além destas taxas havia ainda a acrescentar as adicionais municipais de 2,73%, 3,36% e 4,2% para cada um dos escalões e uma derrama de 0,65%, 0,80% e 1% também respectivamente.

Dava isto em resumo que sobre o 1.º escalão (até 360 contos) incidia um total de

16,38%, sobre o segundo (entre 360 e 600 contos) 20,16% e sobre o terceiro 25,2%.

Em alguns anos fiscais foram ainda criados impostos extraordinários mas que não fazem parte das taxas fixas da Contribuição Predial, apenas eram válidos para o ano a que se referiam, além de que podem ser novamente lançados em qualquer altura desde que aprovados pela Assembleia da República.

O novo imposto «AD»

Em 9 de Junho deste ano, o governo «AD» — o tal que ia melhorar a vida dos portugueses, o tal que, dizem agora os cavalheiros, baixou os impostos, subiu os salários, etc, etc. — lançou cá para fora o Decreto-Lei n.º 183-C/80 que alterava as taxas da contribuição predial.

Concretamente, acabou com os escalões e introduziu a taxa única de 18% para todos os rendimentos colectáveis da Contribuição Predial.

Note-se, que por força da Lei das Finanças Locais, o adicional municipal anteriormente existente tinha de ser obrigatoriamente integrado na taxa global do imposto, donde se tornava necessária a alteração.

Mas, como é óbvio, nada impunha o desaparecimento dos escalões nem sequer o aumento das taxas.

Mas o pior é que as taxas não aumentaram para todos os contribuintes. Como se pode ver no quadro 1, aumentou para o escalão mais baixo — ou seja, os que menos têm — e desceu para os que mais

pagavam porque mais tinham!

Tal facto já fala por si! É a constante política da direita de sacrificar os mais pobres (sejam eles trabalhadores ou mesmo pequenos proprietários) em benefício dos grandes capitalistas.

E isto com uma agravante que torna bem claro quanto o governo «AD» é um governo de uma minoria que governa contra uma maioria: é que dos

cerca de 1 milhão e cento e quinze mil impostos pagos em 1978 (e a situação não se alterou significativamente até hoje), um milhão e cento e oito mil vieram de rendimentos inferiores a 360 contos — ou seja, os únicos que foram aumentados; no segundo escalão existiam 4 159 e no 3.º 2 709! Foram beneficiados 6 868 impostos e agravados 1 108 525!

QUADRO 2

	PAGAVA	COM A «AD» PASSOU A PAGAR
Uma pessoa que tenha comprado um andar para habitar ou um pequeno proprietário que tenham um rendimento colectável de 25 000\$00 por ano	4 095\$00	4 500\$00
Um tubarão com dezenas de prédios e que tenha um rendimento colectável de 2 500 000\$00 por ano	630 000\$00	450 000\$00

O quadro 2 dá uma ideia do que isto significa: enquanto milhares de portugueses passaram a pagar mais, umas centenas de grandes capitalistas metem ao bolso centenas e centenas de contos ao ano!

São os pequenos a pagar para os grandes, com todo o descaramento e sem deixar dúvidas a ninguém!

Apetece dizer: palavras para quê... é o governo «AD»!... Ou melhor: era...

Mais de mil pessoas na Festa da Liberdade em Alpiarça

Alpiarça, terra ribatejana de enraizadas tradições de luta antifascista, viveu no último fim-de-semana uma conhecida festa do Partido, a Festa da Liberdade.

Numa dinâmica de entusiasmo e franco convívio popular, a iniciativa dos comunistas de Alpiarça registou a presença de mais mil pessoas, número que foi muito ultrapassado especialmente nos espectáculos da noite.

De sexta-feira até domingo, nas instalações da Cooperativa Unidade, na Praça Velha, passaram pelo palco da Festa da Liberdade, entre outros, José Jorge Letria, Nuno Gomes dos Santos, Conceição Simões, Zeca Afonso, Dora Leal e José Viana, além do grupo «Jornadas», de Tomar, vários fadistas amadores, banda infantil, conjunto de baile «Enigmas» e os ranchos folclóricos de Santo António da Várzea e da Casa do Povo de Alpiarça.

Além destes espectáculos, provas desportivas e serviços de comes-e-bebes incluindo restaurante, a Festa apresentou ainda vários pavilhões com materiais expostos, designadamente da JCP, PCP, Pioneiros de Portugal, Comissão Unitária de Mulheres, Câmara Municipal e Cooperativas Tractoral, Planeamento e Cooperarrio.

A receita da Festa reverteu a favor do Parque Infantil do estabelecimento pré-escolar da terra.

Intervenção de Jaime Serra

Na tarde de domingo, realizou-se o comício da Festa, com a presença de mais de mil pessoas. Depois da intervenção de um membro da Comissão Concelhia do Partido e de um representante da JCP, o camarada Jaime Serra encerrou o comício com um discurso político de fundo acerca das próximas eleições.

O dirigente comunista afirmou que a «AD» caminha inevitavelmente para a derrota e que os seus responsáveis entraram em pânico face a essa perspectiva. Ministros e secretários de Estado do Governo «AD», a começar por Sá Carneiro e Freitas do Amaral, tentando o impossível, agarram-se desproporcionadamente à mais escandalosa demagogia como última tábua de salvação. Tudo quanto se recusaram a cumprir durante os meses que foram Governo, prometem agora, tentando enganar de novo os incautos — acenou o membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Jaime Serra lembrou ainda que Sá Carneiro nem sequer cumpre os

Distrito de Santarém

seus compromissos para com a Banca, quanto mais face aos eleitores. Disse, depois, que se a derrota da «AD» é certa no próximo dia 5 de Outubro, é também necessário que todos os verdadeiros democratas, todos os que estão com o 25 de Abril, contribuam com o seu voto para ampliar o mais possível essa derrota.

Derrotada a «AD» e o seu Governo no próximo dia 5, sublinhou, Sá Carneiro deve ir para a rua no dia 6: o povo português não deve tolerar nem mais um dia no poder um Governo reaccionário e fascizante que tanto mal tem causado ao povo português e principalmente aos trabalhadores.

Jaime Serra apelou por fim ao voto seguro e certo na APU por parte dos eleitores que dispersaram o seu voto por pequenos grupos e grupelhos esquerdistas, participando assim na honrosa tarefa de derrotar a «AD» elegendo mais dois deputados da Aliança Povo Unido, única força verdadeiramente consequente na luta contra a reacção e na defesa das conquistas de Abril.

Dias Lourenço esteve em vários pontos do distrito de Santarém

O camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, esteve no último fim-de-semana alargado em vários pontos do distrito de Santarém. Além de ter participado em sessões de esclarecimento em Muge, Tramagal, Amiais de Baixo e Arneiro da Milharia, com a presença de dezenas de pessoas e num ambiente de grande vivacidade e interesse, o primeiro candidato da lista APU por Santarém realizou visitas às empresas: FRA, onde houve um

mini-comício à hora de almoço com dezenas de operários, Somapre, onde foi verificado em contacto com os trabalhadores o criminoso abandono a que está votada uma empresa superiormente apetrechada para a construção de habitações e edifícios públicos, e ainda a MDF, onde contactou com os principais problemas da empresa.

O director do «Avante!» fez também uma intervenção política na festa-comício de inauguração do Centro de Trabalho do Partido em Pombalinho, onde constatou

a estreita ligação dos comunistas à população da localidade. O CT agora aberto revela uma profunda dedicação ao Partido dos camaradas de Pombalinho, que construíram com o seu esforço e espírito de iniciativa uma boa casa de trabalho e convívio para a organização e os trabalhadores locais.

No domingo à noite, a terminar um extenso programa de actividade, Dias Lourenço esteve no pavilhão da APU na Feira de Benavente.

Comícios e caravanas da APU

Distrito de Guarda

Na Guarda — como por todo o país — regista-se um nítido crescimento da APU, enquanto prossegue uma activa campanha eleitoral. Dias 19 e 20, realizaram-se comícios em Gouveia e Loriga, importantes centros industriais com grandes tradições de luta dos trabalhadores, ainda no período do fascismo. Centenas de pessoas participaram nestes comícios, em que estiveram presentes os candidatos APU do distrito — Jaime Serra, da Comissão Política do CC do PCP, que salientou que o governo «AD» é um governo que se afunda em crimes de corrupção, devendo ir para a rua imediatamente após o 5 de Outubro.

Caravanas da APU percorreram entretanto várias aldeias da região de Seia e Loriga, encontrando a melhor recepção na distribuição dos documentos da APU.

Joaquim Gomes em Valado dos Frades

Castanheira de Pera, Valado dos Frades, Cela, Caldas da Rainha, Marinha Grande e Atouguia da Baleia (Peniche) foram as localidades em que no último fim-de-semana alargado se realizaram iniciativas de carácter diverso promovidas pela Aliança Povo Unido (APU) do distrito de Leiria com a participação do camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP.

«Nós, candidatos e activistas da APU no nosso distrito não ignoramos que eleger o segundo deputado pelo nosso círculo eleitoral não é tarefa fácil. Porém, a confiança que nos anima assenta nas realidades que se nos deparam no dia-a-dia da acção política que desenvolvemos por todo o distrito», dizia Joaquim Gomes no decorrer da sessão de esclarecimento realizada em Valado dos Frades, localidade situada entre Alcobaca e a Nazaré.

Três realidades três certezas

Mais adiante, o primeiro candidato da APU por Leiria sintetizou três aspectos fundamentais que se destacam desde já no plano político:

Sessões e outras iniciativas

O primeiro candidato da lista APU por Leiria está hoje, às 21.30, na colectividade Mar Alto, na vila da Nazaré, para uma sessão de esclarecimento. Amanhã, à mesma hora e para iniciativa idêntica, desloca-se a S. Martinho do Porto (cine-teatro).

No sábado, Joaquim Gomes intervirá num comício a realizar, às 21.30, no recinto dos Bombeiros em Porto de Mós. As 23.30 falará num comício na «Associação», em Peniche.

No domingo, o candidato da APU participa, às 10 horas, num porta-a-porta em S. Pedro da Conceição (Peniche). Ao princípio da tarde está na Marinha Grande para o desfile-cortejo com candidatos.

Viseu o reforço da APU

O início da campanha eleitoral da APU em Viseu assumiu, pode-se dizer, um cunho histórico: pela primeira vez a APU pôde fazer um comício na praça do Rossio, velho feudo da reacção.

Este facto em si é significativo da nova realidade política no distrito. Realidade que tem raízes claras: como denunciou então Carlos Carvalhas, os deputados da «AD» nunca ergueram a voz na Assembleia da República para defender os interesses das

populações que os elegeram. Paralelamente cresce o prestígio da APU. Não é por acaso que têm sido raros os incidentes provocados pelas forças de direita. Nos Fornos Elétricos, na Visoal, na FAPA, na Pextrafil, como noutras empresas, repetem-se os encontros entre os trabalhadores e os candidatos da APU. Nos estaleiros da Visoal, na despedida dos candidatos da APU, os trabalhadores colocaram no cimo de um prédio em construção uma

bandeira da APU. Os autocolantes da APU distribuídos por Carlos Carvalhas aos trabalhadores dos Fornos Elétricos foram colocados por estes nos próprios fatos de trabalho. Pormenores que atestam do profundo reforço do espírito democrático, da determinação na defesa do 25 de Abril — realidade que em certas zonas corresponde a uma viragem histórica: o esclarecimento de populações que a direita já não consegue continuar a enganar.

Candidatos da APU por Setúbal exprimem ao «Avante!» a sua confiança: «O povo do distrito está connosco!»

Em Setúbal, o ambiente é de trabalho entusiástico e confiante. Pelas estradas, as faixas, os cartazes, as pinchagens da APU mostram a força dos comunistas e dos seus amigos num distrito em que nas últimas eleições legislativas a APU elegeu 9 dos 17 deputados para, duas semanas mais tarde, conquistar a maioria em todas as Câmaras e em 50 das 54 freguesias do distrito.

A actividade dos candidatos desdobra-se em sessões, comícios e outras formas de contacto com as populações. Os camaradas Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, cabeça de lista pelo distrito, e José Vitoriano, da Comissão Política do Comité Central, vice-presidente da Assembleia da República e também candidato, têm percorrido o distrito em comícios participados por grande número de trabalhadores e de democratas.

Tivemos oportunidade de entrevistar alguns dos candidatos da APU por Setúbal. Matos Gago e Sousa Marques falaram-nos do trabalho que as equipas têm concretizado nas visitas aos concelhos.

A grande adesão

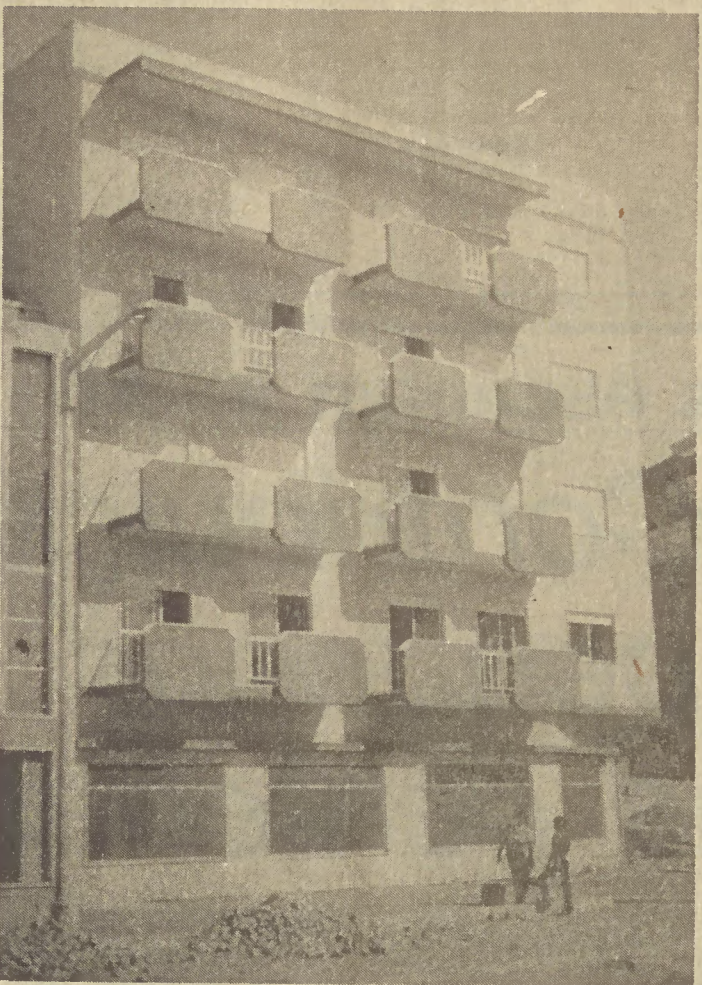
A equipa de que faço parte — diz Matos Gago — já visitou com grande êxito os concelhos de Grândola, Sesimbra, Santiago, Sines e Setúbal. Até ao fim da Campanha ainda nos deslocaremos a Palmela e a Alcácer. O que mais nos impressionou foi a grande adesão à APU, claramente demonstrada nos contactos já efectuados, e a grande determinação, coragem, consciência e combatividade dos trabalhadores da Reforma Agrária deste distrito.

Sousa Marques acrescenta: Nós já percorremos os concelhos de Almada, Barreiro, e Setúbal, em que, como nos que o Matos Gago referiu, estivemos nos mercados, realizamos contactos porta-a-porta, sessões de esclarecimento, convívios, visitas a empresas como a Sociedade de Reparações de Navios, Companhia Portuguesa de Pescas e Siderurgia Nacional. Posso dizer-te que não nos esqueceremos dos jovens do Barreiro que nos acompanharam em animada e colorida caravana ciclista, ou o facto de o conselho de gerência da Siderurgia nos ter recebido não apenas como futuros deputados. Isto é um reconhecimento pelo trabalho realizado na Assembleia da República pelos deputados comunistas e a prova de que não é surpresa para ninguém a inevitabilidade de uma nova e estrondosa vitória da APU no distrito.

Quem está ao nosso lado

José Manuel Maia, membro do Comité Central, operário da Lisnave e secretário da mesa da AR, sublinhou:

Almada inaugura no domingo o Centro de Trabalho do PCP



O novo edifício está pronto a receber, a partir do próximo domingo, a organização concelhia do Partido. No novo Centro o trabalho não vai faltar

mil hectares das Cooperativas e UCP's do distrito vêem-se reduzidos a 60 mil em consequência da ofensiva criminosas que se tem desenvolvido e do roubo dos cerca de 40 mil hectares. Rogério Brito, técnico agrícola, foi peremptório:

Responder aos crimes «AD»

Os trabalhadores agrícolas, os assalariados, os agricultores, saberão responder de uma forma clara e determinada aos crimes do Governo «AD». Também eles contribuirão para o sucesso da batalha que travamos para a eleição do nosso 10.º deputado.

A propósito da eleição do 10.º deputado, ouvimos o 10.º candidato, Daniel Cabrita, bancário:

Se me perguntas se estou confiante só posso responder-te com um grande sim. Todos nós

Distrito de Setúbal

estamos muito confiantes na minha eleição. Assim compreendamos os eleitores a enorme importância de concentrar os votos na APU. Sabemos que este objectivo é sentido pelos democratas do distrito e por muitas pessoas que

nas anteriores eleições votaram enganadas pelas falsas promessas da «AD» ou por outros grupos que se reclamam da esquerda mas que, depois das eleições, se aliam à direita ou, não elegendo qualquer deputado, favorecem objectivamente as forças reaccionárias.

Coerência e dignidade

Também em termos sociais a APU tem visto ser alargada a sua base de apoio eleitoral. Da lista apresentada em Setúbal, para além de militantes do MDP/CDE bem conhecidos, como Marcos Antunes, Armando Castro e Nuno Cabeçadas, fazem parte independentes como Romeu Correia, escritor, ou Ana Francisca, jovem católica e psicóloga.

Aceitei o convite que me foi dirigido — disse Ana Francisca —, porque não é com a «AD» que se defendem a democracia e as liberdades alcançadas com o 25 de Abril. A luta das mulheres, dos intelectuais, dos católicos, só pode ser travada no campo democrático, ao lado das forças democráticas. A minha participação no combate da APU significa o meu reconhecimento pela coerência e dignidade com que esta coligação eleitoral tem defendido o regime democrático-constitucional que urge salvaguardar de todas as tentativas subversivas.

Manuel Guerreiro, empregado do comércio, salientou-nos as

grandes lutas e vitórias do movimento sindical unitário no distrito, enquanto Sérgio Pinto, professor, e José Jorge, encarregado na Setenave, nos referiam a sua grande confiança numa vitória reforçada da APU aos concelhos de Montijo e Alcochete.

Odete Santos, advogada, Maria Emilia, bancária e presidente da Junta de Freguesia de Almada, Conceição Moraes, empregada de escritório e presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Sesimbra, e Cristina Veríssimo, médica em Alcácer do Sal, confirmaram-nos também a sua confiança, enquanto nos relataram as tarefas que têm levado a cabo durante este período.

Por último, e na impossibilidade de ouvir todos os 22 candidatos da APU, estivemos com Carlos Espadinha, pescador em Sines, e com Jorge Patrício, membro da JCP e operário na Setenave. Um e outro sabem bem que, na Assembleia da República, como deputados que irão ser, contarão com o apoio dos trabalhadores que vão contribuir para a sua eleição.

Este ano — disse Jorge Patrício — os jovens do distrito, estudantes, trabalhadores, têm participado de uma forma mais activa e criadora na campanha da APU. Nós somos o futuro. E é ao lado das forças do futuro, do progresso e da verdade que devemos estar. Nós estamos com a APU. O povo deste distrito está connosco!

José Vitoriano no distrito de Setúbal: Os projectos da «AD» serão derrotados

Durante estes oito meses o Governo fez tudo o que pôde para alterar o regime, mas ficou muito longe de o conseguir — afirmou em Sarihios Grandes, no comício realizado no sábado passado, o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, vice-presidente da Assembleia da República e candidato da APU pelo distrito de Setúbal nas próximas eleições legislativas.

O Governo deparou com obstáculos que não foi capaz de ultrapassar — continuou. — O obstáculo maior e mais importante de todos foi naturalmente a luta dos trabalhadores e das forças democráticas mais consequentes, a sua tenaz resistência à ofensiva destruidora do Governo.

«Mas alguns obstáculos de ordem institucional foram também decisivos para impedir as forças reaccionárias de irem tão longe quanto pretendiam.

Por exemplo — continuou o dirigente comunista e candidato da APU — não lhes foi possível fazerem aprovar a lei quadro do referendo para, por esse processo, tentarem destruir a Constituição; não lhes foi possível porem em vigor a lei da liquidação das nacionalizações, lei três vezes aprovada pela maioria reaccionária da «AD» na Assembleia e três vezes rejeitada pelo Conselho da Revolução por ser inconstitucional; não lhes foi possível por em vigor a lei do recenseamento dos emigrantes que permitia fazer vir daí grandes chapladinas; não lhes foi possível fazerem aprovar a lei eleitoral que era em si mesma uma autêntica fraude eleitoral, nem a lei da nacionalidade, que permitia a estrangeiros votarem em eleições portuguesas.

Esta foi uma grande derrota da «AD», que contava com este conjunto de leis, particularmente com a lei eleitoral, para ter

assegurada a vitória nestas eleições, ainda que com muito menos votos que as forças democráticas.

Alcácer do Sal

A «AD» vai ser derrotada no dia 5 de Outubro. Abril vai vencer — afirmou no dia seguinte, domingo, no comício de Alcácer do Sal, o camarada José Vitoriano. — Desta vez, a «AD» não vai ter apenas menos votos que as forças democráticas, tal como aconteceu o ano passado, apesar de então ter eleito mais deputados. Desta vez a «AD» vai também eleger menos deputados.

Muitos milhares de eleitores que votaram «AD» já se deram conta que votaram enganados e não estão dispostos a repetir o erro.

A melhoria de bem-estar para o povo prometida pela Aliança Reaccionária traduziu-se no

agravamento constante das condições de vida e de exploração dos trabalhadores como da população em geral.

Mudanças para melhor houve-as, sim, mas para os ricos, para os latifundiários e os grandes capitalistas, a quem o Governo distribuiu terras roubadas às UCPs, devolveu empresas e entregou 200 milhões de contos.

Os objectivos da «AD» e do seu Governo ficaram totalmente claros nestes oito meses de Governo.

Mas graças à vigorosa luta dos trabalhadores e das forças democráticas, graças à tenaz resistência do Povo português e graças ainda ao funcionamento normal e regular das instituições, o Governo e a «AD» não conseguiram e não conseguirão levar ao fim a sua tenebrosa empresa que é a liquidação completa do Portugal de Abril e a instauração de uma nova ditadura.

Os projectos da «AD» serão uma vez mais derrotados.

Desfile no Barreiro a encerrar campanha

O ponto mais alto da campanha eleitoral da Aliança Povo Unido no Concelho do Barreiro vai ser, no próximo domingo, o desfile de encerramento — iniciativa viva, alegre, colorida e jovem que vai permitir reflectir a confiança nos resultados que já animam a população daquela zona operária e democrática da margem sul do Tejo.

As cores da alegria, as cores da vitória da democracia vão desfilar nas bandeiras da APU e do PCP, nas flâmulas, nos balões e nas fitas, nas faixas e nas flores. E vai haver música. Para tal conta-se já com a presença da Banda «Povo Unido», dos «Amigos do Barreiro», do Coral da Quimigal e da Banda Juvenil «Povo Unido», entre outros.

No desfile, cujo percurso começa com a concentração às 14 horas na Avenida Bento Gonçalves, junto à Piscina, e segue pela Rua Miguel Pais, Avenida Alfredo da Silva, Rua Miguel Bombarda, Rua Manuel Pacheco Nobre, prevendo-se a sua chegada ao Largo da Santa, às 17 horas. Vão participar todos os organismos do PCP e outras estruturas da Aliança Povo Unido com os seus carros alegóricos, carroças decoradas, grandes painéis e faixas, gigantones e outras formas de propaganda.

No Largo da Santa, onde a Festa começa com a manhã infantil, às 10 horas, haverá um espectáculo às 15 horas e um comício que terá início às 17 horas.

«Só o voto na APU garante que é retirado um deputado à «AD» — esta a realidade em Castelo Branco

«Temos sido uma força em constante crescimento aqui no Distrito. Em 1976, tivemos 9368 votos. Em 1979, subimos para 19 710! Mais que duplicámos! Subiremos em 5 de Outubro novamente», declarou, em Tortosendo, o 1.º candidato da APU pelo distrito de Castelo Branco, João Amaral. «Porque não enganamos o Povo, porque defendemos hoje, como no passado e no futuro, com coerência, a democracia e as liberdades e uma sociedade em que primeiro que tudo se defenda e respeite os direitos dos que trabalham».

Para a APU em Castelo Branco

a questão que se coloca é a eleição de pelo menos mais um deputado no 5 de Outubro. Como salientou também João Amaral em Tortosendo, «o objectivo de retirar um deputado à «AD» está ao alcance imediato da APU e é evidente que se os democratas concentrarem os seus votos na APU, elegeremos o deputado. APU, faltando uma tão grande quantidade de votos, é completamente impossível alcançar tal objectivo. (...) Para os democratas do distrito de Castelo Branco, para as populações, só o voto na APU garante que é retirado um deputado à «AD».

Votar na APU surge, em Castelo

Branco, como a nível nacional, como a única alternativa para garantir de facto a democracia, barrar o caminho à direita.

Na sua intervenção em Castelo Branco, Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, afirmou: «Os democratas sinceros

que votam na FRS precisam de saber se ao votar na FRS estão a votar pela constituição de um governo democrático, com uma política virada para a defesa dos interesses das massas populares, se pela reedição da fórmula PS sozinho aliado de facto à direita, ou PS/PPD, ou PS/CDS ou PS/PPD/CDS.

«Até hoje a FRS e o PS só têm sido categóricos a afirmar que com a APU e o PCP é que não há solução possível». Mário Soares foi ao ponto de perguntar em Alfeizerão «porque é que os dirigentes comunistas insistem?».

«Ora o que nós respondemos ao

dr. Mário Soares é que a aliança entre comunistas e socialistas não é um mero capricho dos dirigentes comunistas, como ele quer fazer crer, é um imperativo da democracia, é uma necessidade histórica.

«O que nós, e por certo o eleitorado da FRS, pretendemos, é que a FRS explique como é que pensa ser governo não tendo a maioria absoluta. E como Mário Soares afirma não desejar bloquear as instituições democráticas (o que nos parece correcto), então como é que resolve o problema de se formar um governo democrático que não seja na base das forças que integram a APU e a FRS?»

Distrito de Castelo Branco

APU com o Algarve Algarve com a APU!

A campanha da APU continua a decorrer entusiasticamente em todo o distrito de Faro. Largas dezenas de sessões de esclarecimento, comícios e outras diversas acções de propaganda em que se destacam os porta-voz da APU em campos e nas fábricas, nos mercados e nas praças, contam com a participação incansável de candidatos e activistas da APU e uma notável adesão popular.

Acompanhar o que tem sido nos últimos dias, em terras do Algarve, a actividade de Carlos Brito, cabeça de lista da APU, é poder ter uma ideia do que ali tem sido a campanha eleitoral — de como é diversificada e de como é apoiada, da seriedade das propostas dos comunistas, e da APU no seu conjunto, para a solução dos problemas nacionais e especificamente deste distrito. É poder também saber dos êxitos do seu trabalho quando (como é o caso de Vila Real de Santo António e apesar de o poder local ter vindo a ser amordado pelo Governo da "AD"), eleitos da APU podem ocupar-se directamente da defesa dos interesses e anseios das populações.

No dia 18, Carlos Brito esteve em Alcoutim, em contacto com as populações de Pessegueiro, Tremelgo, Diogo Dias, Barrada, Vaqueiros e Martinlongo. Seguiria depois para Castelhanos e Gídes. Aqui, participou à noite numa sessão de esclarecimento para mais de 200 pessoas. No dia seguinte veio a visita ao concelho de Tavira. Acompanhado pelo candidato independente José António dos Santos, esteve nos povoações de Portela, Azinhosa, Graíño, Cachopé e Cabanas — onde interviera em nova sessão de esclarecimento.

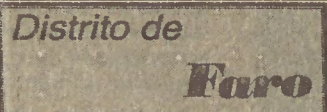
No sábado, dia 20, primeiro em Castro Marim e depois em Vila Real, além de contactos directos com a população local, participou em dois comícios, um dos quais — em Monte Gordo — foi o maior de sempre ali realizado.

Destacamos das intervenções então feitas por Carlos Brito o que diz mais directamente respeito ao distrito por que se candidata.

É possível eleger três deputados?

Carlos Brito responde confiadamente pela afirmativa: A APU é a força crescente, em expansão, progredindo consideravelmente de eleição para eleição. Mais 14 mil votos, ou seja, um aumento mais de 50% das Legislativas de 1976 para as Legislativas de 1979, enquanto que o PS perdeu no mesmo período mais de 15 mil votos.

Vila Real de Santo António é um exemplo desta crescente e profunda identificação do Algarve com a APU e da APU com o Algarve. Aqui quase não são precisas palavras: a obra da APU, a verdade da APU fala por si. Mas em todo o Algarve a dinâmica de crescimento da APU aparece claramente patenteada no dinamismo da campanha eleitoral do Povo Unido



e na grande adesão das populações algarvias às suas propostas.

Carlos Brito voltou a referir com profunda indignação, no que foi acompanhado por toda a assistência ao comício de Monte Gordo, a escandalosa entrega pelo Governo de Sá Carneiro dos bancos de marisco algarvio à pilhagem dos armadores espanhóis. É uma afronta intolerável, afirmou. Se outros motivos não houvesse, este bastava para que os algarvios votassem em massa para derrotar a "AD" e mandar Sá Carneiro para a rua!

Ao abordar o Programa dos Candidatos da APU pelo Algarve, Carlos Brito referiu desenvolvimentos das propostas da APU para se fazer face à crise prolongada que atinge o sector das pescas, apontando entre outras medidas a fixação do preço do gasóleo para as pescas em 100%, a instalação urgente de uma rede de frio, o desassoreamento das barras, a criação de novos portos de abrigo e a correcção de graves erros em obras portuárias em curso, assim como a modernização e aumento da frota pesqueira, o apoio efectivo

à vida clandestina a que foi forçada durante o tanto tempo de se fazer mãe, mulher, dirigente comunista: "Considero que eleger mais um deputado da APU pelo Algarve (o 3.º, portanto) é um objectivo ao nosso alcance, dado que somos a única força política em crescimento constante e regular neste distrito. É importante sublinhar que as outras coligações, a FRS e a "AD", não têm uma única mulher nas suas listas neste distrito, o que, além do mais, demonstra a pouca atenção e a pouca confiança que têm na mulher algarvia. Eu sou, pois, a única mulher em condições de ser eleita pelo Algarve e de levar à Assembleia da República a voz, os anseios, as reivindicações e os problemas da criança e da mulher algarvia. Não duvido que as mulheres do

à formação de cooperativas de pesca e o apoio financeiro aos pequenos e médios armadores. Sublinhou a urgência de uma acção eficaz contra a destruição e pilhagem dos recursos de pescado das nossas águas e a revisão dos acordos de pesca com a Espanha e outros países, de forma a proteger também os barcos portugueses em águas internacionais.

Quanto ao sector conserveiro, o Programa preconiza o apoio técnico e financeiro à reconversão do sector conserveiro, o apoio financeiro às empresas intervenções, assim como uma campanha para o aumento do consumo interno de conservas e para a conquista de novos mercados externos. Por outro lado, reivindica que sejam respeitados pelo patronato os acordos firmados, as conquistas e regalias dos trabalhadores.

Também no Algarve, a "AD" e os seus capangas começam a sentir-se incomodados com a dinâmica, entusiasmo e receptividade da campanha da APU. E provocam. Como ratos, pela calada da noite, destróem em vários pontos do distrito propaganda da APU. Assim foi em Faro, donde "desapareceram" faixas, e em Lagos, onde inutilizaram murais.

Mas, se de um lado estão os provocadores, do outro estão, de forma crescente, os amigos, os muitos que trabalham denodadamente pela difusão das propostas da APU, os que a apoiam expressamente.

Assim, do abaixo-assinado de apoio à APU de residentes, naturais do distrito e de outros democratas e antifascistas que de alguma maneira se encontram ligados ao Algarve, constam nomes e nacional como os engenheiros Luis Filipe Barros Serafim, Humberto Carrapato e Eurico Antunes, os professores Maria Odete Xarepe, José Luis Silva Louro e António Laranjo, Alves da Silva — inspector geral do MAP —, o arq. Rui Paula e o advogado Ivo Madeira, o cantor José Afonso e José Vitoriano.

Segundo Ângelo Veloso FRS não faz alianças com a «AD» porque projecta unir-se ao PPD?

O que começa a estar claro é que os dirigentes da FRS estão a procurar baralhar e confundir os eleitores, contradizendo-se mutuamente. Dir-se-ia que uns estão encarregados de usar uma linguagem «simpática» a eleitores próximos do PPD, outros falam para os próprios socialistas e outros procuram atingir sectores da esquerda.

Com estas palavras, proferidas durante uma sessão de esclarecimento no cinema Passos Manuel, no Porto, o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP e segundo na lista da APU pelo Porto, depois de se referir à política da "AD", abordou o comportamento eleitoral do PS/FRS, nomeadamente o que nele há para confundir o eleitorado.

E focando casos concretos: Magalhães Mota e Sousa Franco

(ASDI) admite entendimentos futuros entre a ASDI e o PSD desde que este abandone o conservadorismo.

Mário Soares (PS) tece elogios ao PSD («grande partido democrático»), a Sá Carneiro («adepto da vida democrática») e admite sem sombra de dúvida na entrevista ao «Expresso», no diálogo com Freitas do Amaral, a disposição de futuros acordos com as forças da "AD".

Lopes Cardoso, António

Vitorino (UEDS), etc. negam a pés juntos que a FRS venha a fazer alianças com a "AD".

Afinal quando é que falam verdade?

Será que Lopes Cardoso, António Vitorino e outros recorrem à «esperança» de afirmar que a FRS não fará alianças com a "AD", apenas porque sabem que o projecto do PS é aliar-se com o PPD (e não com «toda» a "AD")?

Será que em questões decisivas para a democracia e para o país, os dirigentes da FRS recorrem a «esperanças» semelhantes às de «jurar fazendo figas»?

A questão essencial

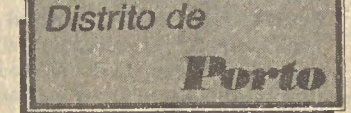
Prosseguindo este tema, o camarada Ângelo Veloso, acrescentou ainda:

A questão essencial é que o PS (com os 2 ou 3 deputados da UEDS ou não) tem o projecto confessado pelos seus mais destacados dirigentes de depois das eleições chegar a acordo com o PPD (aliado com Sá Carneiro ou já sem ele).

A questão essencial é que os dirigentes da ASDI (antigos dirigentes do PSD) aparecem cada vez mais como ponte para esta futura aliança entre o PPD (com direcção renovada ou não) e o PS.

A questão essencial é que

a coligação entre a ASDI, o PS e a UEDS — a tal FRS — é apenas uma peça no projecto político de uma aliança pós eleitoral de governo e de regime ora chamado centro-esquerda, ora dita entre socialistas e social-democratas, mas que consiste precisamente de uma aliança de governo entre o PS e o PPD, visando atenuar a derrota do PPD e mantendo no Governo as forças reacçãoárias. Exactamente e de novo, a aliança entre os socialistas e os reacçãoários, para um governo e uma política antipopular, antidemocrática, contra Abril.



Diz-me os candidatos que tens... Listas «AD» e «FRS» ignoram classes trabalhadoras

O nosso povo diz muitas vezes «diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és». Em matéria de eleições e para apreciar as diferentes candidaturas, é possível afirmar «diz-me que candidatos tens, dir-te-ei a tua política».

Palavras de Edgar Correia, membro do CC e da DORP do PCP e candidato pela APU no distrito do Porto, no decorrer de uma recente sessão de esclarecimento realizada no Bairro de S. Tomé, naquela cidade.

Desenvolvendo este tema falou das listas das principais forças políticas que ali concorrem, salientando:

Os candidatos da "AD", da aliança reacçãoária pelo círculo do Porto, nada têm a ver com a vida, o trabalho e as aspirações da maioria da população do distrito. São a fina flor da reacção: burgueses corruptos uns, oportunistas carrelistas outros, administradores-exploradores vários, ex-salazaristas, terroristas, há de tudo na lista da "AD" no Porto.

Operários, em 43 candidaturas, apenas 1. Agricultor nenhum. As biografias também são concludentes: o sr. Pinto Balsemão, por exemplo, que encabeça a lista da "AD" é um conhecido capitalista que enquanto militar foi ajudante de campo de Kaulza de Arriaga, o general que já no tempo de Salazar e Caetano era conhecido com ultra-fascista e que se notabilizou pelos crimes cometidos em Moçambique. Mais tarde, já deputado à assembleia nacional

fascista, sabe-se que teria ido convidar Kaulza a candidatar-se à Presidência da República a fim de suceder a Américo Tomás.

E passando a outros exemplos, nomeadamente o que se passou (e pagou) com uma certa viagem a Moscú.

O sr. Neiva de Oliveira, outro exemplo, é um conhecido membro da família dos industriais conspiradores da «Quintas e Quintas», da Póvoa. Esteve ligado ao Partido do Progresso e ao MDLP, organizações fascistas surgidas após o 25 de Abril. É referido no processo judicial como participante activo do assalto ao Centro de Trabalho do PCP de V. N. de Famalicão, em 1975, e como prémio dos seus atributos fascistas, preside à administração do jornal estatizado «O Comércio do Porto».

Um último exemplo, por hoje, o do candidato da "AD", sr. João Lopes Porto, ministro das obras públicas do Governo "AD", dirigente do CDS, e verdadeiro espelho das «virtudes» do Governo e do seu Primeiro-Ministro. Pois este senhor foi recentemente representante do governo da "AD" a Macau no Dia de Portugal.

Por quanto ficou esse dia do sr. ministro ao povo português? Nós revelamos: viagens para 3 pessoas, o ministro, a sua querida esposa e o chefe do seu gabinete, 389 940\$00. Doze dias de ajudas de custo do sr. ministro, 60 000\$00. E ao chefe do seu gabinete 52 800\$00. Total da factura: 502 740\$00. Isto sem contar, naturalmente, com os 57 600\$00

por mês de salário do sr. ministro, mais os restantes subsídios, em que presumimos também esteja incluído o subsídio de renda até 27 contos por mês, estabelecido por este Governo.

Quando à FRS

Quanto aos candidatos da FRS — acrescentou por último Edgar

Correia — o mínimo que se pode dizer é que 2 operários e 1 agricultor é pouco para quem tanto se esforça em repetir «ser o maior partido dos trabalhadores».

Um único candidato dos 8 concelhos do interior do distrito é pouco para quem fala no seu

compromisso eleitoral no combate «às assimetrias regionais». Cinco candidatos residentes em Lisboa no distrito do Porto é um tanto excessivo para quem, no seu programa-compromisso para consumo distrital, se queixa da... «tutela burocrática-política lisboeta» a que o Porto se «encontra sujeito».

Outros que não sabem contar... O PS do Porto preocupado em manter os deputados da AD

Outros que não sabem fazer contas — é o que se pode concluir de uma recente declaração da Federação Distrital do Porto do PS, a qual afirmou publicamente no comunicado à imprensa que para retirar um deputado à "AD", neste distrito, «necessita de cerca de 15 mil votos», enquanto que a APU, para alcançar o mesmo objectivo, precisaria de cerca de 30 mil votos.

Vamos lá a ver! Talvez não seja necessário começar pelo «um mais um igual a dois». O comunicado da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP é claro sobre o assunto e não custa muito a ler. Nele se desmascara a invenção pois nem de manipulação de números se trata.

Transcrevemos algumas partes:

Para retirar um deputado à "AD" no distrito do Porto, mantendo-se no restante o resultado das eleições intercalares, faltam 25 mil votos à APU, cerca de 28 mil à UDP e perto de 43 mil à FRS/PS.

Com o número de votos que afirma faltar-lhe, a FRS/PS tiraria um deputado não à "AD" mas à APU, o que não aumentaria a representatividade da esquerda, como falsamente afirma o PS, e deixaria a "AD" com o mesmo número de deputados.

E o comunicado esclarece depois:

Uma análise rigorosa dos números revela ainda que a FRS/PS manteria o mesmo número de deputados eleitos pelo

Porto mesmo que, confirmando a tendência que tem registado de eleição para eleição, perdesse cerca de 7 mil votos no distrito.

Será que o PS quer retirar um deputado à APU para criar melhores condições para uma aliança com o PPD de Sá Carneiro? Mário Soares já falou dessa aliança. Mas restam dúvidas — acrescenta por fim o comunicado da DORP — o voto seguro, certo e útil contra a direita e por uma alternativa democrática é o voto na APU.

No Porto, as contas do PS/FRS pelo que se vê são outras. Têm a ver com a soma de deputados da FRS com deputados do PPD. Soma que os trabalhadores não sabem, nem querem, fazer.

O terceiro deputado da APU: a força de uma mulher do Algarve na AR

Eleger três deputados pela APU no distrito de Faro é ali o grande objectivo da nossa campanha. É também a única forma de levar à Assembleia da República uma voz feminina para defender os interesses do Algarve. Isto porque — sublinhou o Carlos Brito em Monte Gordo — «só a APU está em condições de eleger uma mulher como deputada por Faro. E ninguém como uma mulher para tomar nas suas mãos o combate às discriminações e segregações de que a mulher é ainda objecto na sociedade portuguesa».

Esta mulher é Margarida Tenggarrinha.

É ela própria que se afirma capaz de «cumprir esta responsabilidade, e afirma-o da forma clara e directa que aprendeu em muitos anos de luta, desde os bancos da Escola de Belas-Artes de onde foi expulsa até

à vida clandestina a que foi forçada durante o tanto tempo de se fazer mãe, mulher, dirigente comunista: "Considero que eleger mais um deputado da APU pelo Algarve (o 3.º, portanto) é um objectivo ao nosso alcance, dado que somos a única força política em crescimento constante e regular neste distrito. É importante sublinhar que as outras coligações, a FRS e a "AD", não têm uma única mulher nas suas listas neste distrito, o que, além do mais, demonstra a pouca atenção e a pouca confiança que têm na mulher algarvia. Eu sou, pois, a única mulher em condições de ser eleita pelo Algarve e de levar à Assembleia da República a voz, os anseios, as reivindicações e os problemas da criança e da mulher algarvia. Não duvido que as mulheres do



Algarve, com o seu voto, darão uma prova de confiança na força e na combatividade com que defenderéis os seus interesses? Quem poderá duvidar?

Balanço promissor da APU

Participação crescente e entusiástica é o que assinalam os camaradas no distrito de Portalegre, analisando as diversas iniciativas desenvolvidas nos últimos dias, integradas na campanha da Aliança Povo Unido.

Não contando com o comício de Portalegre e com a sessão de Elvas em que participou o camarada Álvaro Cunhal, de que demos conta no passado número do "Avante!", assinala-se a presença massiva de muitos trabalhadores e democratas nas iniciativas da APU. Na cidade de Elvas, em três porta-a-porta, entre os dias 16 e 20 do corrente,

nos bairros e zonas limítrofes, foram contactadas cerca de 500 pessoas, enquanto que propaganda sonora e distribuições eram efectuadas nas ruas, centenas de cartazes eram colados, oito faixas afixadas.

No passado Domingo, na Feira de São Mateus, vários candidatos contactaram com centenas de pessoas e, no mesmo dia, uma caravana de carros alegóricos esteve na Feira, recebida de forma calorosa. Registraram-se ainda sessões de esclarecimento em Vila Boim e Terrugem.

Depois do comício de Portalegre,

com a participação do secretário-geral do PCP, a APU organizou um concerto de rock que trouxe à cidade mais de 600 jovens. Na Feira de Cebolas, a APU marcou presença através de uma banca e distribuições de propaganda. Aos sábados, os candidatos visitam o mercado municipal.

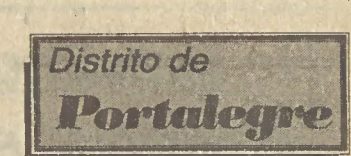
Onze porta-a-porta, três deões na cidade, permitiram o contacto com mais de dois milhares de eleitores do concelho.

No concelho de Ponte de Sor, para além das sessões de esclarecimento em Torre das Vargens, Longo Mel e Montargil, todas elas

muito participadas, houve porta-a-porta nas mesmas localidades e ainda em Foros do Arrão, que possibilitaram o contacto directo com milhares de pessoas.

Gavião: neste concelho, cerca de oito centenas de pessoas foram abordadas em porta-a-porta realizados em Vale Feiteira e Comenda. Por outro lado, sessões de esclarecimento em Gavião, Miravaca e Comenda contaram, na totalidade, com a participação de trezentas pessoas.

Em Monforte, a APU esteve presente em sessões de esclarecimento que abarcaram todas as



freguesias. Em Alter do Chão registaram-se sessões em Alter Pedroso, Chança, Seda, Unheira e na própria vila, com um total de presença de seis centenas de pessoas. No concelho de Avis houve sessões em Alcorrego, Aldeia Velha e Benavila. Mais de 500 pessoas participaram na Festa realizada em Souel. Afiliência francamente superior às registadas anteriormente pela APU foram notadas nos concelhos de Nisa e do Crato.

Com a APU em Braga e Viana e por isso o engano se vai desfazendo

Nos distritos de Braga e Viana do Castelo a campanha da Aliança Povo Unido está a desenvolver-se com um grande dinamismo e entusiasmo. É inequivel o crescimento da presença da APU em termos de propaganda e iniciativas de esclarecimento.

Quem pôde acompanhar campanhas eleitorais anteriores nesses distritos, verifica hoje, de imediato, uma modificação enorme da situação ali existente.

Em zonas em que as organizações do PCP foram duramente atacadas pelas forças reacçãoárias, as pessoas entendem hoje cada vez melhor os interesses que esses ataques defendiam. E não é raro aparecer gente a comparar situações, a reconhecer naqueles que se empenharam na organização da violência fascista em Braga, em Famalicão, em Ponte de Lima e em muitas outras terras, os mesmos que, depois de tudo terem permitido em nome da "AD", nada cumpriram.

E por isso o engano se vai desfazendo. E por isso é crescente a receptividade dos trabalhadores,

empregados, agricultores, pequenos comerciantes e industriais, às acções de esclarecimento do PCP e da APU, sem hostilidade, de uma forma cada vez mais compreensiva, num entendimento crescente de que são esses homens e mulheres honrados, cheios de abnegação e entusiasmo quem defende a verdade, quem lhes aponta as soluções justas para os problemas.

É este um dos traços mais vivos e mais característicos desta campanha. E vê-se com toda a nitidez como transmite confiança aos camaradas e aos amigos da APU que tão esforçadamente fazem a campanha nessas regiões.

Os cartazes sobre as paredes com outra alegria; os panos atravessam as grandes estradas, largos das vilas e as cidades, mas

também as pequenas ruas dos bairros e das aldeias; a propaganda escrita cirula de mão em mão.

O PCP e a APU estão presentes em toda a parte. Faz-se uma pequena sessão, um convívio com animação musical, um grande comício — e aqui uma nota para referir o grande valor que tem tido a participação musical, em especial, dos camaradas do "Toma Lá Show". Fernando Tordo, Carlos Paredes, Fernando Alvim, José Carlos Ary dos Santos, Helena Isabel, Henrique Viana e Alexandre Melo, mas também de outros agrupamentos que incansavelmente acompanham as nossas realizações.

O grande salto em frente deu-se no contacto directo com as pessoas. A ida às feiras conversando sobre os problemas e difundir as nossas propostas tem sido um êxito.

A penetração nas aldeias, abertamente, procurando as pessoas e conversando com elas, entregando-lhes à porta de casa,

nas tabernas e nos cafés, os nossos documentos é uma das formas mais vivas da campanha da APU e aquela em que os camaradas e com toda a razão mais insistem.

E o caso, por exemplo, entre muitos outros, do que se passou com um grupo de esclarecimento da APU num bairro de Guimarães. Bombos a tocar, candidatos e outros camaradas de porta em porta, levando às pessoas a palavra de confiança na vitória da democracia, distribuindo as "40 medidas para o bem-estar dos portugueses" e outros materiais de ajuda à compreensão de como o voto na APU é o voto que melhor serve os seus interesses, o voto mais certo e mais seguro na democracia.

E as pessoas recebiam bem, viam o respeito e a seriedade com que se desenvolve a campanha da APU, na preocupação constante de contactar com o povo trabalhador, com seriedade e confiança.

Há boas razões para os camaradas daqueles distritos

estarem confiantes na eleição do primeiro candidato da APU por Viana do Castelo, o camarada Vítor Louro, e do segundo candidato por Louro, o camarada José Pires, de Guimarães.

Apesar do ambiente favorável que se vive, os camaradas estão profundamente conscientes de que estes últimos dias da campanha a direita vai mexer-se e muito. Vai pôr em movimento grandes recursos que tem e de que usa e abusa.

Mas os camaradas de Viana do Castelo e Braga contam, à partida, com uma grande vantagem — a consciência de que é necessário jogar toda nesta batalha em defesa das liberdades, das conquistas populares, do 25 de Abril.

Contam ainda com a participação activa e massiva da juventude que está a ser, inevitavelmente, um dos nervos centrais do trabalho nessas regiões. E por toda a parte ela aparece.



A «AD» já mostra sinais de pânico

Começou o Outono da "AD". Isso mesmo o sentem os reacçãoários preocupados com o que se passa, o desinteresse das massas e uma atitude imparcial da Igreja que nesta campanha eleitoral, valha a verdade, pelo menos até agora — a não ser em casos esporádicos e de importância reduzida e local — tem procurado não interferir na pugna eleitoral.

Desamparada, deparando com uma audiência que em muitos casos não se compara à verificada na campanha eleitoral anterior, a Aliança Reacçãoária começa a sentir pânico. Vê afastar-se o Poder e esbraceja, grita, sufoca de fúria e raiva.

É o que sucede em Viana do Castelo, distrito onde a APU e grande parte das forças democráticas fazem esforços para eleger o candidato Vítor Louro e que, assim seria o primeiro candidato da APU eleito pelo distrito.

Recendo isto, num recente comício da "AD" em Viana do Castelo, inferior ao verificado em Dezembro último, um orador mais afluente achou por bem entrecortar os "slogans" neo-fascistas e anticomunistas para dizer, em pânico: "É preciso que no dia 5 de Outubro todos vão votar para evitar que os comunistas elejem um deputado".

Mas a verdade é que a campanha da APU tem-se caracterizado por um dinamismo não comparável em qualquer outra força política do distrito.

Viana, a cidade, e os concelhos do interior têm sido objecto de uma intensa campanha de contacto directo com as populações. Os camaradas Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e Jorge Araújo, membro do Secretariado do CC do PCP estiveram e participaram no último fim-de-semana em diversos comícios e sessões de esclarecimento no distrito de Viana.

No domingo, em Monção, o candidato Vítor Louro e Carlos Costa participaram num comício realizado no teatro local, completamente cheio. Depois a sessão saiu para a rua e durante vasto tempo o centro de Moção contou com a presença da APU, perante a receptividade da população.

As visitas às feiras têm sido igualmente um bom motivo para conversas e trocas de impressões entre os candidatos da APU e os presentes. Nomeadamente agricultores. A recente feira da Meadela foi um exemplo disso.

Já falámos da "AD" e do seu receio (quase certeza) de que a APU vai eleger um deputado por Viana. E o que se passa com a FRS?

Esta aliança eleitoral tem feito dos ataques à APU a tônica da sua campanha no distrito, nas iniciativas que tem levado a cabo, algumas das quais falhadas e outras a correrem mal.

Dizem sempre que as contas da APU estão erradas. Querem com isto afirmar não ser verdade que a APU precisa de cerca de 5000 votos para eleger um deputado, enquanto que a FRS, para conseguir

milhares do PCP e do MDP de Viana do Castelo. Este desejo é tanto maior quando há poucos dias se tomou conhecimento de uma carta da Comissão Conciliadora do PPD de Viana do Castelo convocando os presidentes das juntas de freguesia que lhes são afectos para uma reunião relacionada com o próximo acto eleitoral.

Aliás, tem-se verificado já a intenção de praticar irregularidades por parte da "AD" na composição das mesas de voto, onde esta força política tem feito todos os esforços para as controlar.

Talvez não seja descabido recordar — aos que incautamente ou por opção estejam dispostos a praticar ou a colaborar em fraudes eleitorais — que a lei prevê pesadas sanções (que vão até 100 contos de multa e prisão por um ano) para os que nela participem. E como a "AD" não vai ganhar, é de toda a vantagem evitar situações dessas que, às vezes, o diabo tece-as.

Mas falar de Viana do Castelo e da propaganda eleitoral da APU sem falar da juventude era como se passássemos em branco um dos capítulos principais.

Com efeito, este ano, a juventude tem comparcido em massa. Colabora, participa, inventa, é, digamos, uma das molas importantes para que a campanha tenha o êxito que está a alcançar e provoque o pavor entre os "adés".

FRS e AD fazem aliança para afastar a APU das mesas de voto

Barcelos pertence ao distrito de Braga. Em Braga, a APU pretende, tem grandes possibilidades de meter o segundo candidato. Em Barcelos as iniciativas do PCP e, depois, da APU depararam quase sempre com uma hostilidade programada pelos caciques.

Zona difícil, dizia-se daquela terra, afinal nem melhor nem pior do que qualquer outra do nosso país. Mas no domingo passado, Barcelos foi palco de um comício-festa promovido pela APU. Um êxito! Foi a opinião final.

Os mais cépticos contabilizavam em 3000 os presentes. Os mais animados aumentavam para cinco mil as presenças. O meio termo dá-nos 4000 pessoas a assistirem a uma festa da APU em Barcelos. Um êxito, repetimos nós.

Até a provocação que a direita pretendeu levar à cabo foi feita, pela calada da noite, revelando

o medo que se apodera daqueles que antes davam ordens, faziam da sua vontade lei.

Noite cerrada tentaram incendiar o palco. Falharam. A provocação foi denunciada durante o comício e provocou o repúdio de todos os que assistiam.

Mas o distrito não é só Barcelos. E os contactos com as populações por parte da APU têm sido constantes. Somos bem recebidos — dizem-nos — e a situação que hoje aqui se vive não tem a ver com o passado.

Os porta-a-porta sucedem-se sem interrupção. As pessoas saem à rua, falam, recebem a propaganda, alguns afirmam que não vão votar APU, mas na generalidade não surgem palavras hostis, não se registam provocações.

No domingo passado, em Braga, a APU fez uma distribuição de propaganda eleitoral à saída do

estádio de futebol. Foi um sucesso — disseram os camaradas de Braga — não parámos de distribuir colantes e propaganda.

Entretanto, na cidade de Braga, onde a FRS surge apagada e a "AD" não mostra grandes esforços, é visível uma maior percentagem de autocolantes da APU nas lapelas das pessoas que circulam pelos passeios.

Este panorama é visível também no percurso de Braga a Viana, tanto nas camionetas da carreira como ao longo da própria estrada.

Entretanto, não pensemos que as forças reacçãoárias estão arredadas da pugna eleitoral. Poderão estar envergonhadas, conscientes da derrota que se avizinha e por isso utilizam métodos que as afastam da luz do dia.

E o que se passa com a inutilização da propaganda

eleitoral colada nas paredes. Pela calada da noite, bandos de arruaceiros destroem os cartazes colados pela APU.



Porto



Aveiro

Avio, com Álvaro Cunhal de: «É preciso vencer!»

distritos de Aveiro, com a presença de Cunhal e teve como traço comum as mesmas condições atmosféricas. Quando se tratou de fazer um levantamento do sentimento da população de Aveiro, vive-se uma situação de «AD».

Cunhal, na população de Aveiro, onde o secretário-geral do PCP era conhecido por uma pequena multidão entusiástica que a chuva não fez arredar pé. Ai, no entanto, uma provocação montada pelo MRPP e «AD» locais (na zona, é particularmente difícil distinguir...) impediu que o contacto entre Álvaro Cunhal e o povo da aldeia decorresse até ao fim.

Na Mealhada o termo de comparação para o almoço convívio onde se estabeleceu o contacto entre Álvaro Cunhal e a população local, era o da festa local. Esta pequena festa-APU, realizada no pavilhão do Grémio, era melhor, pela participação, pelo entusiasmo, que a festa local. Não havia duas opiniões. Significativamente, a juventude era elemento dominante na organização do convívio. Militantes da JCP tinham tratado da decoração da sala. O responsável pelo assar dos leitões era igualmente um jovem de quinze anos. Palavra de ordem: **Retomar a Câmara!** O que naturalmente, como salientou Álvaro Cunhal, exige um grande trabalho de esclarecimento, de convencimento de gente enganada, dos que votaram contra os seus próprios interesses.

É preciso que todos participem — exortou Álvaro Cunhal.



Sebolido

Mealhada

da APU junto do povo»

Srandidata da APU por Aveiro

entre os camaradas. Mesmo os que antes não apareciam apresentam-se agora sistematicamente nas brigadas diárias para as colagens. Não é por acaso que não se vê o mesmo entusiasmo entre os militantes da FRS, por exemplo.

— Nesta sessão parece que a maioria dos presentes não é do PCP. Que queres dizer deste facto?

— Isso só prova a grande receptividade do PCP e da APU junto do povo. Em resumo — estamos na mó de cima!



Fiães

Fiães

da APU junto do povo»

Srandidata da APU por Aveiro

entre os camaradas. Mesmo os que antes não apareciam apresentam-se agora sistematicamente nas brigadas diárias para as colagens. Não é por acaso que não se vê o mesmo entusiasmo entre os militantes da FRS, por exemplo.

— Nesta sessão parece que a maioria dos presentes não é do PCP. Que queres dizer deste facto?

— Isso só prova a grande receptividade do PCP e da APU junto do povo. Em resumo — estamos na mó de cima!

Em S. Miguel, Santa Maria, Pico, Terceira, Faial e Flores, as sessões de esclarecimento e mini-comícios, as colagens e outras acções de propaganda têm-se sucedido diariamente, atraindo mais e mais activistas que vão brotando das novas condições que a própria

nao fez arredar pé. Ai, no entanto, uma provocação montada pelo MRPP e «AD» locais (na zona, é particularmente difícil distinguir...) impediu que o contacto entre Álvaro Cunhal e o povo da aldeia decorresse até ao fim.

Na Mealhada o termo de comparação para o almoço convívio onde se estabeleceu o contacto entre Álvaro Cunhal e a população local, era o da festa local. Esta pequena festa-APU, realizada no pavilhão do Grémio, era melhor, pela participação, pelo entusiasmo, que a festa local. Não havia duas opiniões. Significativamente, a juventude era elemento dominante na organização do convívio. Militantes da JCP tinham tratado da decoração da sala. O responsável pelo assar dos leitões era igualmente um jovem de quinze anos. Palavra de ordem: **Retomar a Câmara!** O que naturalmente, como salientou Álvaro Cunhal, exige um grande trabalho de esclarecimento, de convencimento de gente enganada, dos que votaram contra os seus próprios interesses.

É preciso que todos participem — exortou Álvaro Cunhal.



Sebolido

Mealhada

da APU junto do povo»

Srandidata da APU por Aveiro

entre os camaradas. Mesmo os que antes não apareciam apresentam-se agora sistematicamente nas brigadas diárias para as colagens. Não é por acaso que não se vê o mesmo entusiasmo entre os militantes da FRS, por exemplo.

— Nesta sessão parece que a maioria dos presentes não é do PCP. Que queres dizer deste facto?

— Isso só prova a grande receptividade do PCP e da APU junto do povo. Em resumo — estamos na mó de cima!



Fiães

Fiães

da APU junto do povo»

Srandidata da APU por Aveiro

entre os camaradas. Mesmo os que antes não apareciam apresentam-se agora sistematicamente nas brigadas diárias para as colagens. Não é por acaso que não se vê o mesmo entusiasmo entre os militantes da FRS, por exemplo.

— Nesta sessão parece que a maioria dos presentes não é do PCP. Que queres dizer deste facto?

— Isso só prova a grande receptividade do PCP e da APU junto do povo. Em resumo — estamos na mó de cima!

Em S. Miguel, Santa Maria, Pico, Terceira, Faial e Flores, as sessões de esclarecimento e mini-comícios, as colagens e outras acções de propaganda têm-se sucedido diariamente, atraindo mais e mais activistas que vão brotando das novas condições que a própria

Não há ninguém que não possa fazer mais do que já faz.

Aveiro — a positiva experiência de contar com um deputado APU

O que representa um deputado APU, como defensor dos interesses da população que o elege, foi assim sintetizado por Vital Moreira no comício da APU em Aveiro: um único deputado APU avançou na Assembleia da República com 54 iniciativas respeitantes aos problemas locais. Os restantes deputados — 14 — apresentaram 8 iniciativas.

São apenas números, mas perfeitamente esclarecedores. Números a fundamentar a batalha por um segundo deputado APU para o distrito. Uma mobilização de votos que permita a todos os trabalhadores afirmar: **Eu também derrotei a AD.**

O comício APU em Aveiro — que se baseou só na «prata da casa» em contraposição ao simultaneamente realizado pela AD, que levou a grande movimentação de carros vindos de fora — contou simultaneamente com a presença do deputado já eleito e do segundo deputado que é objectivo da APU levar à AR no 5 de Outubro: o independente Neto Brandão. Neto Brandão destacou as significativas razões da sua incompatibilidade com o PS — uma prática política de aliança de facto à direita.

Grande participação popular em Fiães

Falhou o programa cultural: a chuva caiu com uma continuidade desalentadora. Mas o pavilhão desportivo de Fiães encheu-se para o encontro com Álvaro Cunhal. Era isso o mais importante — o esclarecimento do que está em

jogo neste momento decisivo da vida política nacional, do que é preciso fazer para derrotar a AD, para que uma perspectiva democrática se abra definitivamente ao nosso país — e a população de Fiães demonstrou compreendê-lo bem. Englobando, naturalmente, militantes comunistas, as centenas de pessoas presentes eram, especialmente pessoas sem filiação partidária, socialistas, e até gente com autocolantes da AD. A presença massiva de crianças realçava o carácter popular desta realização.

No caloroso ambiente estabelecido, Álvaro Cunhal destacou em particular a necessidade imperiosa de defender a liberdade, derrotando a «AD», votando em massa na APU para contribuir para a unidade futura de todas as forças democráticas. Votar na APU, porque temos uma só cara: com o povo, como com o Presidente da República, ou na AR. Votar na APU, porque não temos compromisso com a reacção, trabalhamos unicamente para servir o povo.

Uma lembrança entregue a Álvaro Cunhal (uma lembrança de facto para o PC, como afirmou o secretário-geral do PC) oferecida por corticeiros — a foice e o martelo — constituiu pretexto para o reforço de um esclarecimento necessário: votar na verdadeira foice e martelo é votar na APU, e não nos grupos que usam como seu um símbolo que é dos operários, dos comunistas.

Encontro de esclarecimento, o encontro de Fiães foi também um encontro de amizade — no que poderíamos chamar o colectivo abraço de boas vindas, e a despedida final, pessoa a pessoa. Como só se faz entre amigos. Entre os que estão empenhados numa mesma perspectiva: **É preciso vencer, derrotar a AD!**

Comício da APU em Setúbal enche Largo da Fonte Nova

Foi a vez da APU, na noite de sexta-feira última, realizar uma grande iniciativa a nível de campanha eleitoral na cidade de Setúbal — um comício com o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, que decorreu no Largo da Fonte Nova, naquela cidade.

Dias antes, iniciativas semelhantes, mas noutro local, tinham partido da Aliança reaccionária e da chamada FUP. Não há qualquer comparação — comentava-se nas franjas do comício. Os reações, com esforço, não juntaram tanta gente como na campanha anterior e os esquerdistas eram um grupinho, que nem sequer sabiam cantar «Grândola, Vila Morena».

Estava cheio, com efeito, o Largo da Fonte Nova. E de tal modo que muita gente foi obrigada a concentrar-se nas ruas que convergem para o largo.

É, contudo, o estado do tempo não se podia considerar mobilizador. O vento fresco e os chuveiros que chegaram a cair, numa iniciativa de outra organização política poderiam ser razão para as pessoas se desinteressarem, regressando a casa.

Na festa que antecedeu o comício actuaram o rancho folclórico infantil das Praias do Sado, Manuel Branco e Samuel. A decoração da praça assemelhava-se aos arraiais festivos que por altura dos «santos populares» surgem um pouco por todo o País.

Com a promessa de que o espectáculo continuaria chegou a altura do comício. O camarada Álvaro Cunhal, cujo discurso publicamos noutro local, seria o último orador da noite.

Antes falaram o camarada Jorge Patrício, da Comissão Central da JCP e o camarada Francisco Lobo, presidente da Câmara Municipal de Setúbal.

O primeiro abordou assuntos relacionados com

Comício da APU em Setúbal enche Largo da Fonte Nova

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente. Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho. Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

o desemprego juvenil, o ensino, a habitação e os tempos livres, para estabelecer um paralelo com a actuação do Governo ainda vigente.

Por seu turno, o presidente da edilidade de Setúbal, referiu detalhadamente as medidas governativas da AD que no

campo da actividade autárquica prejudicam enormemente o progresso do concelho.

Terminado o comício, as pessoas não se foram embora! A multidão que enchia a praça permaneceu para o resto do espectáculo, apesar do avançado da hora.

Discursos de Álvaro Cunhal

«A “AD” caminha para a derrota»

«A APU caminha para um grande sucesso»

A quem servem as candidaturas da UDP e da FUP

(...) Nas próximas eleições, os trabalhadores e os democratas têm dois objectivos fundamentais a alcançar: reduzir novamente a «AD» a uma minoria e reforçar a representação do PCP e da APU na Assembleia da República, como condição para que a maioria numérica de deputados democráticos se torne uma verdadeira maioria política que sirva de suporte à formação de um governo democrático.

Nesta situação qual é o significado das candidaturas esquerdistas?

Exercem porventura qualquer influência na solução dos grandes problemas da hora presente? Apresentam porventura uma orientação correcta e uma intervenção susceptível de influenciar a vida política nacional neste momento em que se decidem os destinos da democracia?

Não, camaradas.

Os agrupamentos e grupos esquerdistas utilizam por vezes uma linguagem muito radical, aparentemente muito revolucionária, mas, nos momentos capitais, convergem com a direita em objectivos políticos e no alvo dos seus ataques.

Assim, convergindo com os partidos reacçãoários, Otelo Saraiva de Carvalho declara-se favorável à prática do referendo, apesar de que o referendo era e de certa forma continua sendo um dos instrumentos inconstitucionais previsto no plano «AD» para a liquidação do regime democrático.

Convergindo com os partidos reacçãoários, Otelo Saraiva de Carvalho pronunciou-se pela integração de Portugal no Mercado Comum.

Convergindo com os partidos reacçãoários e com o seu candidato Soares Carneiro, Otelo Saraiva de Carvalho excluiu o perigo de qualquer golpe de direita, procurando desmobilizar a vigilância popular.

Estes exemplos, que poderiam multiplicar-se mostrando como Otelo Saraiva de Carvalho pretendendo colocar-se na extrema esquerda contribui para difundir algumas das teses fundamentais das forças de direita.

No seu «Manifesto Eleitoral», a FUP diz que quer «um governo de esquerda sem conciliações com a direita». Será por isso que Otelo Saraiva de Carvalho vai atacando o PCP e escrevendo artigos no «Portugal Hoje» do PS? E porque será que Otelo Saraiva de Carvalho, sendo anti-eleitoralista, só aparece nos períodos eleitorais e no resto do tempo não dá acordo de si?

Aqui no distrito de Setúbal muita gente se tem deixado enganar pelos esquerdistas.

Mas, se reflectirem um pouco não se deixarão enganar mais.

Que representa actualmente Otelo Saraiva de Carvalho na política portuguesa? Terá força ou influência militar? Não, não tem nenhuma.

Terá força política que lhe dê o mínimo de capacidade de intervenção na vida política?

Não, também não tem.

A única coisa que tem é a auréola que lhe vem da sua participação no 25 de Abril, à qual não tem correspondido como muitos esperavam no complexo processo da revolução portuguesa e da contra-revolução.

E é porque só tem essa auréola e procura viver do passado, que o símbolo da FUP é a sua própria efígie, a sua própria cara. Lá que a Rainha Isabel mande cunhar moeda com a própria efígie, é da lei da monarquia. Mas que escolha a própria cara para símbolo do próprio partido quem pretende ser o mais revolucionário dos revolucionários, não é mostra de grande compreensão do essencial nos processos revolucionários contemporâneos: que a força motriz da História é a classe operária, são as massas populares, e não caudilhos ou chefes que se julgam superiores ao próprio povo.

Quanto à UDP, patina há anos no mesmo sítio, sem atar nem

desatar, vivendo do radicalismo da linguagem, dos ataques que faz ao PCP, das suas acções sistematicamente divisionistas.

E qual o papel das candidaturas esquerdistas nas eleições? A quem servem essas candidaturas? Servirão para derrotar os candidatos da «AD»? Servirão para aumentar o número de democratas eleitos pela APU de forma a possibilitar uma maioria democrática e uma alternativa?

Não, camaradas!

As candidaturas da UDP e da FUP, tal como em eleições anteriores, servirão apenas para tirar alguns milhares de votos ao PCP e à APU, dificultando a eleição dos candidatos da APU e facilitando a eleição de candidatos da «AD».

Nunca é demais repetir que em todas as eleições anteriores, os votos esquerdistas foram quase totalmente votos perdidos.

Em 1978, a UDP teve 127 846 votos em todo o País e elegeu um só deputado! Foram mais de 100 000 votos perdidos.

No distrito de Setúbal, teve 15 995 votos e não elegeu nenhum deputado. Foram 15 995 votos perdidos.

Se esses votos, à escala nacional, tivessem ido para os candidatos da APU, alguns destes teriam sido eleitos, presumivelmente em número bastante para que a «AD» tivesse ficado em minoria.

E é por isso que as forças reacçãoárias se mostram tão interessadas em que os grupos esquerdistas, designadamente a UDP e a FUP, concorram às eleições.

O próprio MIRN de Kaulza, partido fascista, veio tomar a defesa da FUP contra as decisões dos tribunais que não aceitaram as suas candidaturas, por apresentadas fora dos prazos.

A eliminação das listas da FUP (veio proclamar o MIRN) «vai provocar uma deturpação dos resultados finais do eleitorado» (A Tarde, 6-9-80).

Este desvelo do partido fascista pelos candidatos da FUP mostra bem o papel que a reacção atribui à FUP: a divisão dos votos da esquerda e a facilidade da eleição de candidatos da direita.

Foi tendo em conta a necessidade imperiosa de derrotar a «AD» e de evitar a perda de votos inúteis que o PCP propôs à UDP um acordo muito concreto.

O PCP (com o acordo do MDP) ofereceu à UDP, três lugares certos na Assembleia da República, pela integração de candidatos da UDP nas listas da APU, desde que a UDP apoiasse a APU em todo o País.

Aceitou a UDP esta proposta? Não. A UDP contrapôs a pretensão de dois acordos distritais que lhe dariam mais dois deputados, mas reservando-se plena liberdade nos demais distritos de conduzir à vontade a campanha contra o PCP e contra a APU!

A UDP procura escamotear estas verdades dizendo que o PCP recusou a proposta da UDP de «listas únicas da oposição».

Quais listas únicas? Com o PS também? E onde estava o acordo do PS? Não será uma ideia delirante, completamente fora das realidades, insistir em impossíveis «listas únicas da oposição» quando o problema é a necessidade de acordos concretos imediatos na base da situação existente.

Os factos confirmam o papel divisionista da UDP e da FUP nas próximas eleições, papel que só serve as pretensões da direita.

Por isso conhecemos já numerosos casos de militantes da UDP que compreendem a situação e que decidiram participar na campanha da APU, ou apoiá-la de forma a contribuírem para a derrota da «AD» e a eleição de candidatos democráticos.

Daqui os saudamos pela sua esclarecida atitude. E daqui fazemos um apelo para que aqueles que antes votaram na UDP ou nas listas promovidas por Otelo Saraiva de Carvalho, concentrem os votos nos candidatos da APU como condição para a derrota da reacção e a criação de condições para a formação de uma maioria democrática e um governo democrático. (...)

do discurso em Setúbal em 19 de Setembro



A FRS – a falsa alternativa

(...) Os portugueses estão divididos politicamente em dois campos fundamentais: os que querem que continue a «AD» e a sua política reacçãoária, e os que querem pôr fim a essa política, querem que Sá Carneiro vá para a rua e com ele vão para a rua o PPD e o CDS que querem uma alternativa democrática que defenda, assegure e continue o regime democrático que resultou de Abril.

A derrota da «AD», a redução da «AD» novamente a uma minoria na Assembleia da República, será um acontecimento com profundas repercussões na vida nacional.

Deverá significar não só a imediata demissão do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral. Deverá significar não só o termo da ofensiva inconstitucional, ilegal e subversiva das forças reacçãoárias contra as conquistas de Abril e contra o regime democrático, mas deverá significar também uma viragem na política portuguesa, pondo fim à contra-revolução conduzida pela Aliança reacçãoária, a «AD» e o seu Governo e retomando o caminho democrático no quadro das instituições e da Constituição da República.

E isto implica que correspondendo à derrota da «AD», à redução da «AD» a uma minoria, a maioria de deputados da APU e da FRS, do PS e do PCP, não seja apenas uma maioria em número, mas uma maioria política real capaz de fazer frente na Assembleia da República às forças reacçãoárias, capaz de elaborar e aprovar uma legislação democrática e capaz de dar apoio maioritário na Assembleia para a formação de um governo democrático.

O mais elementar conhecimento da vida política nacional, do resultado das eleições anteriores, da correlação da força eleitoral dos vários partidos, leva-nos inevitavelmente a uma conclusão: a de que uma maioria democrática na Assembleia da República terá que compreender necessariamente, sem qualquer dúvida, tanto socialistas como comunistas.

A FRS e o PS continuam a divulgar a colossal mentirola que consiste em dizer que irão ter a maioria absoluta. Mas ninguém acredita nisso e muito menos acreditam aqueles que o afirmam.

Aqueles que o afirmam sabem pelo menos um pouco de aritmética, sabem que 75, ou 80 ou mesmo 85 deputados que a FRS possa eleger (e 80 a 85 deputados para a FRS seria uma importante recuperação) ficarão longe, muito longe, de constituir maioria absoluta do total de 250 deputados da Assembleia da República.

Esperar a ilusão de que a FRS só por si, pode vir a ser maioria é fomentar a ideia, que só pode aproveitar à reacção, de que, no dia 5, ficando a «AD» em minoria, mas obtendo, como é previsível, mais deputados que a FRS sozinha, no fim de contas a «AD» não será derrotada.

Esperar a ilusão de que a FRS só por si pode vir a ser maioria é preparar o terreno para que amanhã, a «AD», reduzida a uma minoria, derrotada realmente nas eleições, venha proclamar que afinal a derrota que sofreu é uma vitória porque tem mais deputados que a FRS.

A derrota da «AD» e a vitória democrática nas eleições traduzir-se-á em dois factos: ficarem as forças reacçãoárias no seu conjunto (designadamente a «AD») com minoria e ficarem as

forças democráticas em conjunto (designadamente a APU e a FRS) em maioria.

Essa será a derrota da «AD» a festejar. Essa será a vitória democrática a vitorejar.

Nós não pretendemos seguir o mau exemplo de eleitoralismo e de aritmética da FRS e por isso não declaramos que o PCP e a APU estão actualmente em condições de ganhar a maioria de deputados.

Mas podemos afirmar com absoluta certeza que a FRS ficará muitíssimo longe da maioria, e que não poderá haver maioria democrática de deputados sem os deputados do PCP, sem os deputados da APU.

A maioria FRS e a alternativa FRS são assim uma impossível maioria e uma falsa alternativa.

Existe uma maioria democrática possível e uma alternativa democrática possível, mas essa maioria e essa alternativa terá que compreender necessariamente não só os deputados da FRS como os deputados comunistas, os deputados eleitos pela APU.

E é esta situação que torna preocupantes duas atitudes de dirigentes do PS e da FRS que procuram desmentir-la.

A primeira atitude é insistirem em excluir qualquer acordo com o PCP e com a APU.

E sendo assim podemos dizer. Excluir um acordo com o PCP e com a APU é excluir a possibilidade duma maioria democrática.

A segunda atitude é começarem a namorar à descarada o PPD e o CDS, passando aos seus chefes o diploma ou atestado de «democratas» intitulando Sá Carneiro «o líder de um grande partido democrático» (enquanto acusam os comunistas e a APU de «totalitários»), e adiantando que, depois das eleições, serão possíveis acordos do PS e da FRS com o PPD e também (porque não?) com o CDS, como no passado.

Nas longas horas em que na TV vimos e ouvimos frente a frente e monopolisticamente os dirigentes da «AD» e da FRS, as conversas, salvo raras excepções, são tão insossas, os depoimentos tão frágeis, as vénias tantas, as contradições à política inconstitucional, ilegal, subversiva da «AD» por parte dos representantes da FRS tão tímidas, que se fica com a ideia de que estes debates, mais que debates entre forças opostas são conversações a abrir caminho a um compromisso do PS com a direita.

Um tal compromisso constitui um perigo real para a democracia. Ele poderá quer salvar a reacção e mantê-la na esfera do poder no preciso momento em que a reacção acabe de sofrer (como confiamos que sofrerá) uma estrondosa derrota nas eleições.

Por motivo dessa política de recusa de uma aliança com o PCP e a APU, e dos compromissos com a «AD» que já se desenham, afirmamos com sólido fundamento que o voto no PS, na FRS, não é um voto seguro e certo numa maioria democrática e numa alternativa democrática.

E esta realidade é já tão largamente compreendida que há numerosos socialistas e eleitores do PS e da UEDS que nos declaram, que continuando a estar com o PS e com a UEDS, nestas eleições votarão APU.

do discurso no Porto em 20 de Setembro



A ilusória tese do PCP a reboque do PS

Alguns propagandistas da FRS divulgam agora uma nova e curiosa teoria.

É certo que não deixam de insistir em que irão ter maioria absoluta e não necessitarão portanto de alianças ou apoios para constituírem uma alternativa.

Mas a mentira e o logro são tão grosseiros que começam agora a acrescentar alguma coisa mais.

Então que dizem?

Dizem alguns que, se não alcançarem maioria absoluta, formarão à mesma governo.

E acrescentam que, em tal caso, o PCP terá que apoiar o governo do PS (ou da FRS) porque não terá outro remédio, pois que, se não apoiasse o PS e a FRS, estaria no fim de contas a juntar-se à «AD» (É assim que dizem esses propagandistas).

Tais opiniões são do mais completo cinismo e podem também considerar-se como uma tentativa de chantagem tanto sobre o eleitorado como sobre o PCP.

E por isso há que pôr alguns pontos nos ii.

Insistimos, em primeiro lugar, como atrás já dissemos, em que é uma colossal mentira e um logro do eleitorado afirmar que a FRS vai ter a maioria absoluta e pode constituir por si só uma alternativa democrática.

Insistimos, em segundo lugar, também como já referimos, em que não poderá haver qualquer maioria democrática na Assembleia da República sem contar com os deputados do PCP e dos deputados eleitos nas listas da APU de uma maneira geral.

Insistimos, em terceiro lugar, em que o PCP nunca passou nem passará um cheque em branco ao PS ou à FRS, além do mais porque o povo português já conhece por experiência própria o que foram as promessas do PS em 1976 e o que foi a sua política de pacotes e de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e o que foram as suas alianças à direita, que abriram as portas ao poder da reacção.

Quem define a «AD» como inimigo e os democratas como amigos?

Nenhum outro partido mais que o PCP tem apontado para o perigo que a «AD» representa para a democracia portuguesa.

Nenhum outro partido mais que o PCP tem lutado para a derrota da «AD» e para a demissão imediata do governo Sá Carneiro. (É triste dizer que à proposta feita pelo nosso Partido ao PS para um encontro a fim de examinar a situação e as possibilidades de acção conjunta ou convergente que conduziem à demissão do Governo «AD», o PS respondeu secamente que julgava que o encontro não era oportuno).

Nenhum outro partido se opõe mais firmemente à continuação do PPD e do CDS no Governo.

Nenhum outro mais que o PCP procura o caminho sério e seguro para uma alternativa democrática.

E por isso mesmo insistimos na necessidade de um entendimento de todos os democratas, designadamente de comunistas e socialistas, para que a maioria numérica de deputados democráticos, que confiamos serão eleitos, se converta numa efectiva maioria política que dê na Assembleia da República o apoio necessário à formação e actuação de um governo democrático.

E por isso mesmo, sentimo-nos na obrigação de esclarecer o eleitorado acerca da recusa da FRS em chegar a um acordo com a APU, e esclarecer ao mesmo tempo o eleitorado acerca do significado das afirmações da FRS, apontando para novas alianças à direita que, a realizarem-se, constituiriam uma autêntica traição ao significado dos votos dos seus eleitores.

A nossa política contra a «AD» e favorável a um entendimento com os socialistas é clara e conhecida.

Todos os dias a expressamos e divulgamos. Mas parece que interessa a alguns fingirem que a ignoram.

Assim, o secretário-geral do PS, fez recentemente em Almada a seguinte afirmação:

«Perante a ameaça da direita é necessário que os comunistas se definam e digam se os inimigos são os socialistas ou a «AD».

Nós, comunistas já temos definido e definimos aqui uma vez mais a nossa posição. Mas cremos que mais razão temos nós que o PS para pôr questão semelhante e para reclamarmos que o PS se defina e diga se os inimigos são os comunistas ou a «AD».

Ainda bem que Mário Soares levantou esta questão, porque a resposta permite esclarecer alguns dos aspectos mais importantes

da posição dos partidos e do voto necessário à democracia nas eleições de 5 de Outubro.

Porque, enquanto os dirigentes do PS e particularmente Mário Soares fazem namoro ao PPD e ao CDS, consideram os seus chefes, políticos de «sentimentos democráticos» e Sá Carneiro «o líder de um grande partido democrático», enquanto dirigentes do PS e particularmente Mário Soares admitem que o PS e a FRS podem, depois das eleições, vir a entender-se com o PPD e mesmo com o CDS, nós comunistas combatemos firmemente a «AD», não temos nem teremos qualquer aliança com os partidos que a compõem e lutamos, não só para que Sá Carneiro vá para a rua, mas para que o PPD e o CDS saiam, se possível de uma vez para sempre, do Governo.

Nós definimos bem claramente a «AD» e os partidos que a compõem como o inimigo da democracia portuguesa e do 25 de Abril, ao passo que os dirigentes do PS os definem como aliados.

E quanto à posição do PCP em relação ao PS e à posição do PS em relação ao PCP?

Qual dos dois partidos considera o outro como «inimigo» e qual considera o outro como aliado pelo menos potencial?

Enquanto dirigentes do PS, e particularmente Mário Soares, dizem que com os reacçãoários da «AD» apelidados de «democratas» são possíveis acordos ou alianças mas com o PCP e a APU não são possíveis acordos nem alianças porque o PCP e a APU são «totalitários», nós, comunistas, apesar dessa e da hostilidade doentia, insistimos e insistiremos inafatigavelmente na unidade de todos os democratas, designadamente de comunistas e socialistas, para que a maioria democrática numérica se torne uma real maioria democrática e para que seja possível a formação de um governo democrático com uma base democrática maioritária na Assembleia da República.

A verdade aí está nua e crua.

Para os dirigentes do PS, o inimigo é o PCP. Para o PCP o inimigo é a «AD», que há que combater até à sua completa derrota.

Para os dirigentes do PS os previsíveis e desejados aliados são o PPD e o CDS. Para o PCP os possíveis e desejados aliados são todos os democratas, designadamente os socialistas, e insistimos e insistiremos na nossa política de unidade porque ela corresponde às exigências da situação actual, para derrotar a reacção, defender o regime democrático e alcançar uma alternativa democrática.

O Povo português que compare, que julgue e que decida.

do discurso no Porto em 20 de Setembro

O voto na APU

O voto necessário e indispensável

(...) Numa campanha eleitoral, cada qual procura naturalmente convencer o eleitorado de que o voto acertado é o voto no partido ou coligação que representa.

Há porém critérios seguros para a decisão do voto de cada eleitor.

Nas próximas eleições do dia 5 de Outubro o quadro apresentase com clareza.

Os eleitores aos quais chega uma informação verdadeira poderão decidir do seu voto em consciência.

Aqueles que querem que Portugal seja sugado e dominado por algumas poucas centenas de famílias de multimilionários; que os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores e rendeiros sejam condenados a uma feroz exploração conduzida por grandes capitalistas, latifundiários e senhores ricos; que as mulheres sejam discriminadas, os jovens marginalizados, os reformados e deficientes condenados à fome; que o saber, a arte, a cultura sejam espezinhados pela intolerância e pela mediocridade reacçãoária; que a ilegalidade, o abuso do poder, a fraude, a corrupção se instale na vida pública como típicas de uma camarália governante; que o ódio e a repressão se abatem sobre o nosso Povo; que as liberdades e direitos dos cidadãos conquistados com o 25 de Abril sejam de novo amordaçados e liquidados; que Portugal se torne uma semicolónia e um instrumento cego da política de agressão dos círculos mais reacçãoários do imperialismo; que Portugal volte a ser o grande campo de concentração que foi no tempo de Salazar e Caetano – esses votem na «AD», é o que a «AD» lhes oferece.

Aqueles que por temor do movimento operário, do espírito criativo do Povo, das reformas sociais, das conquistas democráticas, do ar livre do 25 de Abril, se apavoram com a ideia de que a reacção vai mesmo ser derrotada e entendem que a boa política será uma política de aliança do PS com o PPD e o CDS, uma política de colaboração com os grandes capitalistas e agrários, uma política de pactos contra o Povo, de cedências ao capital e ao imperialismo – esses votem na FRS, é o que a FRS neste momento lhes oferece.

Mas aqueles que querem que a «AD» seja derrotada nas eleições e que essa derrota signifique a demissão do governo Sá Carneiro e o afastamento do PPD e do CDS do Governo; aqueles que querem a solução urgente dos problemas mais graves que afectam as massas populares; aqueles que querem a riqueza e recursos naturais sejam mobilizados para assegurar o bem-estar e a cultura do Povo português; aqueles que querem consolidar definitivamente o regime democrático; aqueles que querem que o seu voto torne possível uma real maioria democrática e uma real alternativa democrática; aqueles que querem que a política nacional sirva

o povo laborioso, as classes e camadas não monopolistas; aqueles que querem que as liberdades sejam defendidas e asseguradas a todos os portugueses; aqueles que querem que prossiga, se desenvolvam e realizem plenamente as grandes transformações democráticas alcançadas com o 25 de Abril (designadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária); aqueles que querem que sejam anuladas e rectificadas as decisões inconstitucionais, ilegais e subversivas do Governo «AD»; aqueles que querem que Portugal deixe de viver nos sobressaltos da subversão contra-revolucionária e seja assegurada a ordem democrática e a tranquilidade pública; aqueles que querem que Portugal viva, se desenvolva, tenha uma presença internacional como país livre, soberano e independente; e mantenha relações de amizade, de paz e cooperação com todos os povos do mundo – esses votem na APU, é o que a APU lhes oferece.

Não há solução dos grandes problemas do país, uma dinâmica de trabalho, de produção, de realizações, de progresso, de independência nacional sem os trabalhadores portugueses, sem os quadros técnicos e intelectuais, sem os pequenos e médios agricultores e rendeiros e os pequenos e médios comerciantes e industriais, sem a participação ampla criativa das mulheres e da juventude.

Não há maioria democrática possível, alternativa democrática possível, política democrática possível, sem o PCP, sem a Aliança Povo Unido.

Os deputados do PCP, os independentes eleitos pela APU defenderão firmemente na Assembleia os interesses do povo e do País, as conquistas de Abril, a independência nacional.

Os deputados do PCP, os deputados eleitos pela APU procurarão sempre a unidade de todos os democratas, designadamente de comunistas e socialistas.

O voto na APU é o voto certo, é o voto seguro, é o voto necessário e indispensável para derrotar a «AD» para correr o PPD e o CDS do poder e abrir caminho para um Governo democrático com uma política democrática.

A «AD» caminha para a derrota.

A APU caminha para um grande sucesso.

Estamos certos de que o povo do distrito do Porto, na linha das suas históricas tradições democráticas, dará uma valiosa contribuição para que a «AD» seja derrotada, para que Sá Carneiro vá para a rua, para que a APU se reforce com uma votação em massa.

Com o PCP, com a APU, Abril Vencerá!
Viva a Aliança Povo Unido!
Viva Portugal!

do discurso no Porto em 20 de Setembro

Uma evidência desta campanha

A JUVENTUDE ESTÁ COM ABRIL

No dia 5 de Outubro uma significativa parte da juventude portuguesa também vai votar. Com os olhos postos no futuro, consciente das dificuldades que enfrenta no dia-a-dia, a jovem geração do Portugal de Abril não vai certamente desperdiçar esta possibilidade de melhorar a sua vida e reforçar a sua luta.

O 5 de Outubro também será um marco histórico nesse combate. Estamos nos fins de uma década, a de 70, e de um importante ano de acção combativa da juventude, o de 80. Nove meses de Governo antidemocrático tiveram consequências extremamente negativas para a vida da juventude, tanto para os jovens trabalhadores como para os estudantes. A juventude não está disposta a ver adiada a concretização do espírito do 25 de Abril. Que o mesmo é dizer uma vida melhor, mais feliz, livre e criadora. Também no sector juvenil, os ventos são de mudança.

Comparando com Dezembro de 79 e ainda em relação aos jovens, a situação que se vive neste período de campanha eleitoral evidencia, sem margem para dúvidas, uma diferença muito significativa, que culmina em conjunto de grandes acções de mobilização e luta, de avanços e vitórias. Nestes últimos nove meses, em que a direita foi Governo, a juventude participou activamente na luta pela defesa dos seus interesses e justos direitos. Nas empresas, nos sindicatos, nas acções de luta dos trabalhadores, nas colectividades e noutros órgãos de expressão popular, na luta contra a destruição da Reforma Agrária, nas escolas secundárias e superiores, onde os actos eleitorais assinalaram uma grande votação nas listas democráticas, destacando-se, por exemplo, o caso do Instituto Superior Técnico-IST, em Lisboa, onde pela primeira vez a direcção associativa deixou de ser controlada pela direita corrupta (a JSD/PPD) para legitimamente ser entregue a estudantes progressistas e fiéis ao movimento estudantil e associativo; em todos os centros de acção, a juventude deu novos e decisivos passos no reforço da sua organização.

Este é o quadro político-social que a população juvenil continua a demonstrar neste Outono de 80, tempo de luta contra a direita, contra a política de destruição do regime democrático, contra a AD e o seu Governo de incompetência, que já não pode contar tanto com as intimidações, a arrogância provocatória e as acções marginais dos meninos PPD/CDS.

Esta é a situação que se vive no presente e que é ainda caracterizada, por exemplo, pela entusiástica participação da juventude, nas pequenas e grandes acções políticas das forças democráticas, e em particular da APU, nesta campanha eleitoral. Recorde-se a forma entusiástica e calorosa com que Álvaro Cunhal tem sido recebido pela juventude no Norte do País. Recorde-se a presença juvenil no grande desfile da APU em Lisboa, na abertura da campanha, e nos comícios, sessões e outras iniciativas do «Povo Unido».

Mais de 300 mil jovens no desemprego, entre os quais muitos à procura da sua primeira colocação profissional; insegurança quanto ao emprego; discriminações salariais; impossibilidade de constituição de lar e família; elitismo e mecanismos de selecção no Ensino; escolas sem equipamento; falta de professores; reestruturações arbitrárias e antipedagógicas de métodos e cursos — este é, em resumo, o «saldo» da política de direita para a juventude. Uma política que começou com o governo PS sozinho e se prolongou com os governos PS/CDS (nessa altura não havia «Frente Republicana e Socialista»...), Mota Pinto/PPD/CDS e nos últimos nove meses pelo Governo da «AD», chefiado por Sá Carneiro.

Hoje é mais difícil ser jovem em Portugal. Mas a luta prossegue e a juventude diz: é tempo de cumprir Abril, é tempo de operar a viragem democrática na vida nacional, a qual está intimamente ligada à concretização das grandes aspirações e objectivos de luta da juventude e à perspectiva de uma vida melhor e mais feliz.

A luta prossegue contra os despedimentos sem justa causa, pela proibição da classificação de eventuais para os menores de 18 anos, o fim dos contratos a prazo, a elaboração do estatuto de aprendiz que consigne os seus direitos e seja uma barreira efectiva à repressão patronal e aos despedimentos, a proibição do trabalho infantil, a regulamentação das horas extraordinárias e do pluriemprego, o fim da discriminação do trabalho feminino, a completa reestruturação do serviço nacional de emprego de forma a cumprir as responsabilidades e funções que lhe estão atribuídas.

Os salários reais diminuíram. Não há casas. As rendas das



O próximo sábado é o dia da juventude na campanha. Por todo o distrito de Lisboa, numerosas iniciativas descentralizadas vão ter lugar: bancas, desfiles, bailes, concertos de «rock». As 17 e 30, na Praça Paiva Couceiro, em Lisboa, realiza-se uma sessão com Octávio Pato. Uma hora antes, concerto de «rock» com o grupo «UHF».

que existem são incompatíveis. A política de direita estimula a especulação. Agravam-se os problemas. Levantam-se maiores dificuldades à constituição do lar e da família. Os jovens casais são os mais atingidos por esta situação.

A luta continua pela revogação da legislação sobre os aumentos das rendas de casa, por uma política com medidas directas e eficazes para liquidação das especulações e negócios escuros na construção e aluguer das casas de habitação, pelo estímulo ao investimento público nas empresas de construção civil, o apoio efectivo às Cooperativas de habitação e outras possíveis formas de organização, o fim da sabo-

tagem nas empresas nacionalizadas ou intervencionadas de construção civil, a concessão de juro bonificado aos jovens casais (e não medidas como as do Governo Sá Carneiro que abriu agora o crédito bonificado às pessoas de maiores posses); o alargamento da rede de creches e jardins de infância a preços acessíveis.

A crise do Ensino tem-se agravado. Acentua-se o divórcio entre a escola e a vida, a degradação da qualidade de ensino ministrado. A realização efectiva do acesso dos filhos dos trabalhadores à instrução, a todos os níveis, como sublinha o Programa Eleitoral do PCP, exige:

— o apoio social aos estudantes e famílias;

— subsídios e bolsas de estudo, crédito de horas a estudantes-trabalhadores;

— melhoria da acção social nas escolas, dos esquemas de transporte, cantinas e residências para estudantes;

— a reorganização das actividades pedagógicas, combate ao insucesso escolar, ao abandono precoce, à frequência irregular;

— reforço imediato do cumprimento da escolaridade obrigatória e seu alargamento para nove anos;

— desenvolvimento da educação pré-escolar e do ensino especial (crianças deficientes);

— revisão e alargamento da rede escolar;

— ligação da escola à vida,

ligação do trabalho manual ao trabalho intelectual, integração das escolas na comunidade local e regional, como meio de integrar na escola todas as crianças e jovens, em especial os oriundos das camadas mais desprotegidas;

— eliminação do analfabetismo.

A luta continua pela democratização da estrutura e conteúdo do ensino. Há que contribuir para o desenvolvimento integral da personalidade e formação democrática da juventude e para o desenvolvimento económico, social e cultural do País. Para concretizar tal objectivo é urgente democratizar e reestruturar o sistema de ensino.

Ensino secundário: a escola deverá garantir aos estudantes possibilidades reais de prossecução dos estudos e inserção na vida activa através de ampla habilitação cultural, científica e política e uma orientação e formação iniciais sob responsabilidade do MEC. A escola deverá garantir aos jovens preparação para o exercício de uma profissão e assegurar-lhes saídas profis-

sionais, ao mesmo tempo que se deve aproveitar integralmente os centros de formação.

A «AD» prometeu «formação profissional para combater o desemprego» mas a única medida que se poderá vislumbrar para atender ao desemprego juvenil é a criação do 12.º ano com uma via profissionalizante. A criação improvisada de 30 cursos diferentes, muitos deles com designações ambíguas e sem que se conheça a que funções correspondem no mercado de trabalho («técnico de informação», «técnico de ambiente», «secretário de serviços de saúde», «gestor desportivo», etc.) longe de resolver o problema do desemprego juvenil vai criar novos desajustamentos e frustrações.

Para os jovens cujos pais não têm condições para os manter 12 anos no Ensino, a «AD» ainda menos fez quanto à garantia de formação profissional. Ensino superior: é urgente a sua diversificação e regionalização, sem barreiras socialmente discriminatórias. Deverão ser criadas condições de ligação da docência à investigação, de ligação do ensino superior à realidade nacional, reforçando o seu papel no progresso científico e técnico e no desenvolvimento cultural da sociedade portuguesa.

A transformação democrática do ensino (que não se faz com a Lei de Bases da

«AD») só é possível se forem tomadas, ao mesmo tempo, medidas materiais (designadamente construção de edifícios e melhoria de equipamentos) e se forem actualizados em termos científicos e pedagógicos os conteúdos dos programas curriculares.

Mas a luta da juventude não fica por aqui. Pelo aproveitamento são e criador dos tempos livres, a juventude exige a criação de novas instalações desportivas e um melhor aproveitamento das existentes, o apoio à criação de «casas da juventude», o estímulo e apoio à constituição de grupos, clubes e colectividades de expressão popular e juvenil, eficiente medicina desportiva ao serviço das mais amplas massas de jovens praticantes; desenvolvimento do intercâmbio juvenil desportivo, cultural e turístico com outros países.

Contra a droga, arma do conformismo contra a vida, a felicidade e o amor, a juventude exige o combate firme às redes de traficantes de droga, o total aproveitamento dos centros para jovens toxicómanos em condições que levem à sua efectiva recuperação, combate à pornografia, à propaganda da violência e do crime, difundidos nas escolas, cinemas e ruas; uma política de reabilitação para os jovens delinquentes; uma política com medidas de fundo para a ocupação dos tempos livres e para o desenvolvimento da prática desportiva, cultural e recreativa.

São 2,5 milhões pelo menos...

De acordo com números oficiais, no ano de 1976 (há, portanto, quatro anos) Portugal contava com 2,5 milhões de jovens dos 10 aos 24 anos, ou seja cerca de um quarto da população total do País.

Ainda em relação ao mesmo ano, é de sublinhar que daqueles 2,5 milhões, 1 162 500 faziam parte da população activa, constituindo 32 por cento do seu total.

Parte integrante, activa e dinâmica da classe operária, a juventude operária surge como o destacamento mais combativo no conjunto da jovem geração. São mais de duas centenas de milhares os jovens operários que, de Norte a Sul do País, trabalham na indústria transformadora. Cerca de 80 mil labutam na construção e algumas dezenas de milhares nas indústrias extractivas e na agricultura, entre outros sectores.

Os jovens camponeses são igualmente um importante destacamento da juventude. Apesar de todas as dificuldades que continuam a marcar a vida nas zonas rurais e da ofensiva contra a Reforma Agrária nos campos do Sul, milhares de jovens prosseguem o trabalho nos campos.

Mais de 300 mil desempregados a sua actividade laboral nos sectores de serviços (152 mil), comércio (113 mil) e transportes e comunicações (52 mil).

Segundo estatísticas oficiais, o ano de 1976 registou mais de um milhão e cem mil estudantes entre os 10 e os 24 anos (não contando, assim, com uma significativa parte dos trabalhadores-estudantes, que, ao todo, são mais de cem mil).

Nas escolas secundárias estudam actualmente mais de 400 mil jovens. Importantes medidas tomadas após o 25 de Abril — alargamento da escolaridade obrigatória, criação do Ensino Unificado, reforço da acção social escolar, etc. — contribuíram para o alargamento da base social e aproximação de sectores sociais muito distintos naquele grau de Ensino.

Nas escolas superiores, no ano lectivo de 76/77, estudavam cerca de 87 mil alunos, futuros quadros técnicos e intelectuais dos quais depende em parte o desenvolvimento económico e social do País.

A «grande cegada» vista por jovens da JCP

Senhoras e senhores, a grande cegada vai começar; a grande cegada já começou! — estas as palavras com que um jovem se dirigiu ao numeroso público que se encontrava frente ao palco instalado no Rossio, numa das tardes da semana passada. Antes, cerca de uma dezena de jovens tinha percorrido toda a praça, ao som de bombos e caixas, anunciando que a função ia começar dentro de momentos.

Movidos uns pela curiosidade, outros pelas numerosas bandeiras da APU transportadas pelos jovens, mas todos desejando ver

a «cegada» que se ia representar, lá se iam comprindo junto ao palco, escolhendo o melhor sítio para seguir a representação.

A «cegada» dura perto de trinta minutos, ao longo dos quais os jovens fazem desfilar pelo palco, com muita graça e ironia, algumas conhecidas figuras da nossa vida política — no caso concreto mais apropriado será dizer alguns figurões! Através de vários «sketchs» e de algumas canções, alude-se nesta grande cegada a temas concretos da vida dos portugueses. Assim e por exemplo, a dado momento,

lá aparece o cauteleiro (não confundir com caloteiro, porque apesar de entrar nesta história, a história é outra...) a apregoar bilhetes para a lotaria de 5 de Outubro, lotaria em que vai sair um primeiro-ministro e em que a taluda são 33 mil contos!

Ou então aquele jovem carteirista que tira a carteira a um conhecido figurão e que depois se justifica para o público e perante as gargalhadas deste, com o ditado popular — ladrão que rouba ladrão...

O tom popular marca aliás o desenrolar desta «cegada», que acaba com uma amostragem da



Frente vista de Costas: de frente, Mário Soares, Sousa Franco e Lopes Cardoso; de costas, Soares com Freitas do Amaral no II Governo, Franco com

Carneiro e Amaral na suite cor-de-rosa do Tivoli nos tempos da convergência...

Foi assim o humor desta «grande cegada» representada por militantes da

JCP, trazendo a vivacidade de Abril e a alegria da juventude ao Rossio, para mostrar os figurões que vão ser derrotados no dia 5 de Outubro.

Subsídio do gasóleo: OUTRA FRAUDE!

Com as eleições à porta, o Governo AD apregoa o pagamento do subsídio do gasóleo através dos órgãos de Comunicação Social que lhe são servís. Mas, enfim, passe embora a manobra eleitoralista será que na realidade, este subsídio está a ser pago? Em que condições? E a quem?

Para responder a estas questões recuemos um pouco: Um dos aspectos marcantes da política agrária da AD foi o aumento brutal do preço dos factores de produção, entre os quais o do gasóleo, que subiu 4550 por litro. Ora, para se ter uma ideia das consequências deste aumento, basta recordarmos que o consumo anual de gasóleo pela agricultura é de cerca de 200 milhões de litros. Donde, o aumento de 4550 por litro representa assim mais um encargo de 900 mil contos para o sector.

Como não podia deixar de ser, os pequenos e médios agricultores e as suas organizações de classes desencadearam um movimento de protesto cuja extensão e força levaram o Governo a recuar prometendo o estabelecimento do subsídio de 4550 por litro para a lavoura. Pareceria assim que tudo ia ficar em ordem: vindo o subsídio repor exactamente o aumento, o gasóleo afinal não teria subido para a agricultura. E não há dúvida que muita boa gente terá pensado isto mesmo. Mas na verdade, ao que assistíamos e assistimos era nem mais nem menos do que a uma outra imaginosa fraude do Governo AD.

Subsídio está a ser pago mas a grandes agrários!

O Governo abriu, então, em Julho um prazo para os agricultores interessados preencherem impressos que os habilitavam a receber o subsídio do gasóleo. Só que esse prazo foi curto! Só que nem sequer foi divulgado em termos eficazes! Só que, em vários concelhos, os impressos não, ficaram à disposição do agricultor no início do prazo! Só que o MAP se recusou a fornecer às organizações de classe da lavoura — como o MARN — impressos que estas mais facilmente fariam distribuir pelos agricultores, os quais, de outro modo, teriam de deslocar dezenas de quilómetros, ainda por cima num período de intenso trabalho agrícola! Estas condições levaram a que apenas uma pequena parte dos agricultores se inscrevessem.

A jornada do MAP parecia assim resultar em cheio: por um lado podia anunciar que estabeleceu um prazo e que só não se inscrevera quem não estava interessado; por outro, com a inscrição de uma pequena parte de agricultores, o Governo «AD» pouco dispenderia com esta sua manobra eleicoeira.

Não fica, no entanto, por aqui a fraude que se estende ao critério de atribuição. Assim, os poucos agricultores que se

inscreveram, vão receber não 4550 por litro de gasóleo que gastaram na sua actividade mas sim por litro de gasóleo que o MAP entende que gastaram segundo o tipo de cultura; por outras palavras, no impresso para atribuição do subsídio, o agricultor é chamado não a declarar o seu consumo de gasóleo mas sim a área das várias culturas que faz. O MAP depois é que avalia quanto gasta o agricultor... Por outro lado, o boletim do MAP nem sequer referencia o combustível que os agricultores gastam no transporte de cargas, mato, estrume, produtos, o qual pode atingir nada mais nada menos do que 60 a 70 por cento do consumo do gasóleo nas explorações agrícolas. Explorações agrícolas que não são todas elas beneficiadas: por exemplo, as explorações florestais, onde muitos proprietários gastam grande parte do gasóleo que consomem, não são sequer abrangidos pelo subsídio. De qualquer modo, com tal critério de atribuição, alguns agricultores, somando a despesa de deslocação para receber o tal subsídio, consideraram que nem valia a pena inscreverem-se. Acresce que uma boa parte da minoria inscrita não chegará sequer a receber 100500 de subsídio!

O que se passa, pois no meio de toda esta propaganda fraudulenta da «AD» pode resumir-se nestes termos:

— os subsídios ainda não estão a ser pagos na maioria das regiões;

— A CNA exige a divulgação do número de agricultores inscritos e o MAP faz silêncio;

— A CNA exige o pagamento urgente do subsídio aos que se inscreveram;

— a CNA reclama um subsídio de 10500 por litro para o combustível utilizado pela lavoura, o MAP faz ouvido de mercador e os agricultores continuam pagando do seu bolso o gasóleo a 17550 o litro.

Ao mesmo tempo e, juntando um novo escândalo à fraude que envolve a atribuição deste subsídio, o Governo «AD» enche os bolsos dos agrários com centenas de milhares de contos de subsídio que cabia às UCPs/Coop. em função das áreas que estas semearam mas que entretanto foram ilegalmente entregues como reservas.

Esta a política agrária da «AD»! Uma política de fraudes, desastre, escândalos! Uma política que os pequenos e médios agricultores deitam pelos olhos! Uma política a derrotar de forma enérgica e inequívoca no próximo dia 5 de Outubro!

Crédito para reendeiros Governo mente e divulga a mentira

A custa de «as mãos que trabalham a terra», anunciando uma «nova esperança», o Governo «AD» procura tirar proveitos eleitorais através da Rádio, da TV, dos jornais. Na verdade, quem ler ou ouvir o anúncio sobre a concessão de crédito para os reendeiros adquirir em terras, o chamado PAR, poderá pensar inocentemente que «Eles, os da «AD» sempre vão fazendo alguma coisa...». Só que nada fazem senão destruir.

Que o digam os reendeiros ou seja aqueles dos quais fala demagogicamente o anunciado PAR, aqueles aos quais em teoria se destinaria o tal crédito...

Na realidade, os reendeiros têm

vinho a denunciar toda a propaganda de mentira da «AD». Só que os órgãos de Comunicação Social, dominados por homens de mão da maioria reaccionária, calam as vozes dos reendeiros, calam a verdade dos factos. E a verdade é que o crédito para reendeiros adquirir em terras pura e simplesmente ainda não existe! A denúncia vem do MARN-Beiras, depois de ter consultado alguns bancos. A denúncia foi confirmada por um vespertino, a partir de informações recolhidas junto do Banco de Portugal e da Caixa Geral dos Depósitos, que declararam que o PAR não está a funcionar, e portanto não é possível aos reendeiros contraírem empréstimos para aquisição das terras que trabalham.

«Os bancos — diz o MARN — ou ainda não receberam quaisquer impressos e instruções ou receberam-nos há dois ou três dias e, tal como aconteceu com a baralhada do IFADAP, têm que os estudar, o que ainda vai demorar bastante tempo.»

No entanto, o anúncio diz que o crédito está à disposição dos reendeiros desde o dia 1 de Setembro...

Não existe pois o PAR. Mas, a existir, seria ainda uma manobra eleicoeira do Governo «AD», que, previu a maneira de o voltar contra os interesses dos reendeiros. Isto fundamente e tal como a inexistência de qualquer critério de avaliação do preço da terra por

entidades competentes. Esta inexistência significa na prática que o reendeiro estaria sujeito às exigências dos senhorios, que não deixariam de especular fortemente com os preços. Como afirma o MARN:

«Não queremos um crédito como este de que o Governo fala, em que não há controlo dos preços e os senhorios podem pedir três e quatro vezes mais do que vale o terreno, um crédito que para ser atribuído tem que ter a aprovação do MAP para a viabilidade económica da exploração». «um crédito em que só em juros se paga mais do que as rendas actuais». Um crédito que, afinal, só existe no papel e para caça aos votos...

Subsídio da «AD» a hectare de arroz: pôr os grandes a viver à custa dos pequenos

Mantém-se as razões que levaram cerca de 200 orizicultores do Baixo Mondego a projectar como forma de luta o corte de estradas, junto ao rio, a sul de Coimbra: o Governo «AD» não recuou nem um milímetro na sua decisão de conceder aos produtores um subsídio por hectare, e não por quilo como vinha sendo praticado.

O descontentamento dos produtores de arroz baseia-se no facto de este subsídio por hectare beneficiar os grandes produtores, senhores de grandes explorações de arroz, que assim virão a arrecadar milhares de contos, enquanto os pequenos — e mesmo médios produtores — que exploram poucos hectares serão

nítidamente desfavorecidos.

Acresce que os proprietários de grandes áreas têm produções unitárias muito abaixo da produção média da região, que é de 3500 quilos por hectare, enquanto os pequenos produtores, obrigados pela escassez da área a uma exploração intensiva, chegam

a atingir, muito frequentemente e na generalidade, os 5000 kg por hectare. Note-se ainda que naturalmente os grandes produtores têm custos de produção muito mais baixos, o que é outro facto a engrassar o enorme lucro que terão com a aplicação do subsídio nestes termos.

Diga-se em abono da verdade que tal forma de subsídio não foi inventada à queima-roupa pelo Governo «AD», mas sim sugerida pela CAP — parte da sua clientela eleitoral — que insistentemente o vinha reivindicando.

Em diversas regiões do Mondego, os pequenos e médios produtores, através das suas organizações de classe, têm-se manifestado contra este tipo de subsídio, que corresponde «a pagar mais a quem tem mais terra», a por «os grandes a viver à custa dos pequenos», e continuam reivindicando o regresso do subsídio por quilo.

A sua luta poderá ir até à acção que foi decidida em reuniões colectivas — cortar as estradas — para que o Governo reponha o esquema antigo.

Semana

17 Quarta-feira 1870 - Nasce o poeta Guerra Junqueiro.



Ataque aos pequenos comerciantes

O matutino «o diário» apresenta na Polícia Judiciária participação criminal contra Francisco de Sá Carneiro e alguns dos indivíduos envolvidos no «Watergate Sá Carneiro», por crime de abuso de confiança cometido em prejuízo da Banca Mobilizadores pelo Sindicato paralelo dos maquinistas, estes trabalhadores da CP iniciam uma greve com «duração indeterminada». Esta paralisação é contestada pela Federação dos Sindicatos Ferroviários, que representa cerca de 95% dos trabalhadores ferroviários portugueses; o sindicato paralelo visa, com a greve, pressionar o conselho de gerência da CP e readmitir dois maquinistas que foram responsabilizados pela ocorrência de um desastre ferroviário, para além de outras reivindicações contratuais ■ O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto denuncia que o projecto «AD» de liberalização total para os horários do comércio «visa acelerar o processo de destruição das pequenas e médias empresas do sector através da concentração e centralização do grande capital comercial em benefício das grandes multinacionais do sector» ■ A Polícia Judiciária remete ao Tribunal de Instrução Criminal o processo do já conhecido «dr. Moreira» — um cidadão americano filho de portugueses que chefiava uma quadrilha especializada no tráfico de crianças para os EUA; segundo a PJ, saíram assim do país 12 crianças.

18 Quinta-feira 1915 - Morre em Angola, com 53 anos, Afonso Paia, oficial português de grande prestígio que teve papel relevante na preparação do 5 de Outubro.



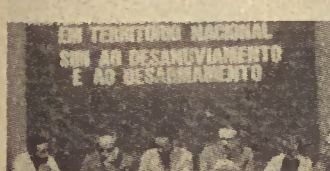
A questão do marisco

A Universidade Católica portuguesa é agraciada por mais dois subsídios do Ministério da Educação no valor global de 2000 contos que se somam a um outro no valor de 11 000 contos atribuídos por um despacho do ministro Crespo de 16 de Maio passado ■ Uma nota da SIP do PCP dá conta de que entre 1 e 12 de Setembro — as duas semanas que antecederam o início da campanha eleitoral — os tempos de imagem concedidos nos programas informativos da RTP-1 foram de 1 h, 51 m e 42 s para o Governo, 2 h, 16 m e 39 s para a AD, 2 h, 52 m e 36 s para o PS/FRS e 7 m e 35 s para o PCP/APU, o que é considerado intolerável discriminação ■ OMAP, a coberto da GNR, prossegue a sua acção de entrega ilegal de terras de UCP, e Cooperativas Agrícolas da zona da Reforma Agrária a agrários abstenistas ■ Em comunicado a CNA acusa o MAP e a Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP) de terem dado mostras de total incompetência, incapacidade e inclinação na defesa do efectivo pecuário nacional e na salvaguarda do interesse dos agricultores, pelo que exige do governo da «AD» medidas imediatas e inérgicas no campo da pecuária ■ O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Faro manifesta a sua solidariedade para com a justa luta dos pescadores do Algarve e repudia com veemência a «negociação do marisco» levado a cabo pelo Governo da «AD» ■ Os maquinistas filiados no sindicato paralelo dos maquinistas voltam ao trabalho, acatando a requisição civil horas antes decretada pelo Conselho de Ministros ■ Na reunião da Assembleia Municipal de Lisboa a «AD» faz aprovar, contra os votos da APU e do PS, o lançamento de uma derrama de 5% sobre as contribuições industrial e predial rústica ou urbana na área do município.

19 Sexta-feira 1975 - Toma posse o VI Governo Provisório.

Duzentos trabalhadores agrícolas de Vendas Novas ficam sem trabalho e sem terra devido à destruição total pelo MAP da UCP «Sol Nascente» ■ O PCP, em comunicado apresentado ao CI/RDP, afirma que a não comparação deliberada e repetida dos conselheiros da «AD» no Conselho de Informação para a RDP «corresponde a um boicote dos trabalhos, impede o «quorum» para deliberar, esvaziando este órgão constitucional das suas funções e competências» ■ A Comissão de Trabalhadores da RTP toma posição sobre a situação anómala que se vive na empresa e reclama a reposição da legalidade, o que implica, nomeadamente, a autonomia da informação «com independência em relação ao Governo e obediência ao pluralismo ideológico»; esta questão foi discutida em plenário ■ Portugal e a Roménia assinam, em Lisboa, um protocolo de cooperação económica e comercial ■ Em comunicado a CGTP-IN denuncia que o aumento do salário mínimo para os trabalhadores da agricultura e do serviço doméstico, agora anunciado pelo Governo «AD», não só não impede a degradação do nível de vida daqueles trabalhadores como não satisfaz minimamente as reivindicações apresentadas pelo movimento sindical unitário.

20 Sábado 1709 - O padre Bartolomeu de Gusmão faz subir a sua «passarola» no Terreiro do Paço, em Lisboa.



5.ª Assembleia da Paz

Decorre em Lisboa, na Sociedade Nacional de Belas Artes, a 5.ª Assembleia da Paz, promovida pelo Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPPC) ■ Realiza-se no palácio de D. Manuel, em Évora, o II Encontro de Jovens Operários Agrícolas do Distrito de Évora, que contou com a presença de cerca de 800 jovens, que discutiram durante todo o dia os problemas que mais os afectam e que se prendem com a defesa da Reforma Agrária e do Portugal de Abril ■ Os jornalistas dos dois canais da RTP decidem, por unanimidade, submeter a votação secreta uma proposta de greve para os próximos dias 24 e 25, em exigência da revogação das normas internas limitativas do direito à informação; a votação decorrerá na próxima segunda-feira.

21 Domingo 1978 - Por unanimidade, o Sindicato dos Jornalistas é admitido como membro da Federação Internacional de Jornalistas.

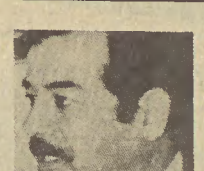
Arruaceiros da «AD», armados de mactracas e outros objectos contundentes e levando «à trela» alguns exemplares de «pastores alemães», desencadeiam violenta operação de provocações na cidade do Porto, queimando e rasgando propaganda da APU e de outras forças democráticas, partindo montras, arrancando pavimentos e provocando indiscriminadamente forçando a intervenção da PSP; a seriedade dos activistas das forças democráticas impediu que a violência assumisse proporções mais graves ■ Realiza-se no pavilhão dos Congressos do Estoril um Encontro distrital do Movimento de Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais (MPMCI), que contou com a presença de cerca de 500 pequenos e médios comerciantes e industriais do distrito de Lisboa, os quais criticam a política do governo «AD» no que respeita aos respectivos sectores

22 Segunda-feira 1858 - É lançada ao mar, em Lisboa, a escuna «Barão de Lassarino», o primeiro barco a vapor construído em Portugal.

Na sequência da exoneração imposta pelo Governo Carneiro/Amaral ao comandante da PSP de Lisboa, tenente-coronel Aparício, o comandante-geral da PSP, general Lopes Alves, envia ao Chefe de Estado Maior das Forças Armadas o seu pedido de demissão ■ Os jornalistas portugueses entram em greve por dois dias contra a situação de degradação, profissional a que o Governo Sá Carneiro se pretende remeter pela dignificação da sua actividade, pela liberdade de informar e contra a manipulação governamental dos órgãos de informação ■ É noticiado na imprensa que o MAP se prepara para distribuir, antes das eleições, algumas centenas de milhares de contos por estruturas cooperativas de sector agrícola onde pontificam figuras da AD, como a União das Adegas Cooperativas da Estremadura, a Adega Cooperativa do Bombarral e a Cooperativa de Fruticultores do Cadaval.

Semana

17 Quarta-feira 1977 - Tropas sionistas invadem o sul do Líbano para apoiar forças direitistas libanesas.



Saddam Hussein

Os militares que ocupam o poder na Turquia na sequência do golpe de Estado que levaram a cabo durante as manobras da NATO no país iniciam diligências para a formação de um novo governo composto por civis ■ O presidente iraquiano Saddam Hussein anuncia a anulação do acordo de demarcação de fronteiras firmado em 1975 com o Irão ■ A URSS e o Irão assinam em Moscovo um acordo sobre condições mutuamente vantajosas de transporte de mercadorias através do território dos dois países ■ É anunciada a morte, ocorrida ontem em Genebra (Suíça), do professor Jean Piaget, pensador contemporâneo de grande renome e frequentemente apelidado de «pai da moderna psicologia» ■ Kim Dai-Jung, o dirigente opcionista mais conhecido da Coreia do Sul, é condenado à morte pelo regime militar que esmagou o país e o considerou «culpado» de simpatias comunistas e de «actividade contra o Estado» ■ Os principais partidos da oposição democrática espanhola consideram demagógicas e falaciosas as promessas do primeiro-ministro Adolfo Suárez que ontem apresentou às Cortes (parlamento) as prioridades programáticas do seu governo, solicitando um voto de confiança dos deputados ■ O ex-ditador da Nicarágua, Anastasio Somoza, é morto num ataque à granada e metralhadora em Assunção, capital do Paraguai ■ A conferência dos ministros da OPEP termina em Viena sem que tivesse sido resolvido o impasse sobre o plano de preços a longo prazo.

18 Quinta-feira 1810 - Independência do Chile.



Kim Dai-Jung

Um astronauta cubano e um soviético são lançados para o espaço a bordo da nave «Soyus-38», para uma missão de uma semana na estação espacial soviética «Saliut» ■ Milhares de trabalhadores sindicalizados efectuam comícios de protesto em todo o Japão por causa da sentença de morte proferida contra Kim Dai-Jung pela ditadura militar que governa a Coreia do Sul ■ O parlamento iraniano adia a criação de uma comissão especial sobre os reféns norte-americanos e encerra uma sessão pública para ouvir um relatório secreto sobre a luta na fronteira com o Iraque ■ Guerrilheiros salvadorenses ocupam as instalações da OEA em El Salvador, fazendo oito reféns ■ A rádio e a imprensa italiana confirmam que a polícia está a desenvolver nos meios fascistas de Roma uma acção que levou já a dezenas de detenções e buscas domiciliárias, para encontrar os responsáveis bombistas pelo recente atentado de Bolonha, que fez dezenas de vítimas ■ Sean MacBride, laureado com o Prémio Nobel da Paz, afirma em Washington que os jornalistas devem ser protegidos contra torturas, massacres, raptos e outras formas de coacção violenta, se se pretende que sobreviva a liberdade de imprensa.

19 Sexta-feira 1955 - O presidente da Argentina Juan Peron é demitido por um violento golpe militar encabeçado pelo general Lonardi.

O Conselho Revolucionário Popular do Kampuchea reclama às Nações Unidas o reconhecimento da sua legitimidade de representação nacional, através de uma mensagem dirigida a Kurt Waldheim, entretanto o presidente do país, Heng Samrin, denuncia em entrevista ao jornal belga «Norskens-Flamman» a conveniência da Tailândia no apelo que é prestado pelos EUA e pela China aos bandos terroristas de Pol Pot ■ O 24.º aniversário da fundação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é celebrado nos dois países ■ Os generais turcos que constituem o «Conselho de Segurança Nacional», formado depois do golpe de Estado, terão de escolher entre si o futuro primeiro-ministro do país devido à recusa de diversas personalidades civis em assumirem o cargo ■ Tropas sionistas e milícias racistas libanesas bombardeiam a cidade portuária de Tiro e posições da Força de Paz da ONU no sul do Líbano, pelo 3.º dia consecutivo.

20 Sábado 1979 - O ditador Bokassa é deposto num golpe de Estado manobrado pelos serviços secretos franceses, sendo substituído pelo antigo presidente David Dacko; será o fim do «império» Centro-Africano.

O presidente iraniano Bani-Sadr ordena a imediata mobilização das Forças Armadas e dos reservistas para a guerra com o Iraque, ao mesmo tempo que um comunicado militar advertia que as hostilidades poderiam estender-se ao Golfo Pérsico ■ A União Soviética acusa os EUA de violarem as disposições da Acta Final da Conferência de Helsínquia relativamente a questões de cooperação económica ■ Os membros da OPEP chegam a um «acordo de cavalheiros» na sua recente sessão de Viena para reduzirem em 10% a sua produção petrolífera ■ O almirante Bulent Ulusu, antigo comandante da Marinha Turca, é nomeado primeiro-ministro do governo militar saído do golpe, após várias personalidades civis contactadas terem recusado o «convite» ■ Dois sacerdotes belgas, após uma visita a El Salvador, classificam de genocídio comparável ao da Alemanha nazi o que se passa no país ■ O presidente soviético Leonidas Brejnev e o presidente do Conselho de Estado de Cuba Fidel Castro, felicitam a tripulação da «Soyus-38» pelo êxito da acoplagem desta aeronave com a estação espacial «Saliut».

21 Domingo 1976 - É assassinado em Washington, por envenenados do Zinco, o ex-ministro do NE do Governo de Allende, Orlando Letelier.



O ditador Marcos

A tensão militar na fronteira entre o Irão e o Iraque agrava-se perigosamente no estuário de Shatt-Al-Arab, onde as forças navais dos dois países se confrontam usando artilharia média e pesada ■ Uma equipa de emergência da Força Aérea norte-americana localiza uma ogiva nuclear que caiu intacta num prado do Arkansas depois de um silo para mísseis ter explodido ■ Fascistas salvadorenses destroem à bomba uma emissora da Igreja Católica em San Salvador ■ Horas antes de ser anunciada a composição do novo «governo» os militares que tomaram o poder na Turquia decretam novas medidas repressivas e o aumento do preço de produtos essenciais ■ Cerca de 10 000 pessoas manifestam-se nas ruas de Cebu, Filipinas, em protesto pela lei marcial imposta ao país pelo ditador Ferdinand Marcos.

22 Segunda-feira 1960 - Independência do Mali.

O Iraque declara guerra ao Irão depois de dois dias de violentos recontros das respectivas Forças Armadas em terra, mar e ar; aviões iraquianos atacam o aeroporto de Teerã e mais sete bases aéreas iranianas, tendo perdido alguns aparelhos na operação; por seu lado o Irão lança um «raid» aéreo sobre a base aérea iraquiana de Basrah, terminal petrolífero no estuário de Shatt-Al-Arab ■ A primeira fase da investigação sobre o atentado fascista de Bolonha encontra-se já na posse dos magistrados, que de 34 detidos ■ Estatísticas oficiais revelam que o desemprego na CEE representava em Agosto passado 6,3% da força laboral; aquela taxa constitui um novo recorde em comparação com as registadas em Julho último (6,1%) e em Agosto de 1979 (5,4%) ■ O chefe do governo turco imposto ao país pelos militares golpistas afirma no seu primeiro discurso que irá seguir estreitamente a política da NATO e dos EUA ■ O ministro dos NE do regime racista da África do Sul, Roelof Botha, aceita a proposta de Kurt Waldheim de conversações sobre a Namíbia ■ O jornal soviético «Pravda» acusa os EUA de estarem a manobrar para lançar o Irão e o Iraque um contra o outro, considerando que a guerra aberta entre aqueles dois países se enquadra na estratégia norte-americana para desestabilizar a região.

A guerra irano-iraquiana serve os objectivos dos EUA

As escaramuças fronteiriças que se têm vindo a agravar entre o Iraque e o Irão degeneraram numa situação de conflito aberto, com as respectivas Forças Armadas empenhadas em combates em terra, mar e ar. A situação é grave e ameaça não apenas a paz na zona — envolve inevitavelmente a segurança do mundo inteiro.

Ambas as partes se acusam, reciprocamente, de estar ao serviço do imperialismo norte-americano e de trair o islamismo. Por seu lado, o imperialismo norte-americano, utilizando os poderosos megafones que controla a nível de imprensa mundial, esforça-se por situar o diferendo irano-iraquiano em terrenos tão

duvidosos (e desprestigiantes) como as «rivalidades ancestrais» (ou tribalistas, sabe-se lá!) que estigmatizariam as relações entre os dois países...

Estes acontecimentos não estão de modo nenhum desligados de outros verificados recentemente na zona, nomeadamente a «declaração» de Jerusalém pelos sionistas como sua «capital eterna» ou a recente instalação na Somália de uma base militar norte-americana. Agora esta guerra aberta entre o Irão e o Iraque enquadra-se perfeitamente na estratégia de desestabilização prosseguida pelos EUA, particularmente desde que viu reduzido o seu campo de manobra e ingerência na zona.

«Soyus-38» lança no espaço o primeiro astronauta cubano

No passado dia 19 a nave soviética «Soyus-38» acoplou na estação orbital «Saliut». A bordo o experimentado astronauta soviético Yuri Romanenko e o tenente-coronel Arnaldo Tamayo Mendez, o primeiro cubano (e latino-americano) a chegar ao espaço cósmico.

Esta missão da «Soyus-38» (que, como é usual, partiu do cosmódromo de Baikonur, na Ásia Central) faz parte do programa Intercosmos patrocinado pela União Soviética, que já levou para o espaço

vários astronautas de países socialistas e prevê uma colaboração internacional cada vez mais desenvolvida na exploração do Cosmos.

Os dois astronautas desta nave «Soyus» juntaram-se aos astronautas soviéticos Leonid Popov e Valeri Ryumin, que vivem e trabalham na estação espacial há mais de cinco meses, devendo permanecer na «Saliut» durante uma semana para efectuarem observações e experiências científicas, regressando depois à Terra, continuando a estação espacial



Onde estão Maidana e Roa ? PCP inquires junto de Videla

No passado dia 16 a Secção Internacional do CC do PCP enviou ao general Videla, Presidente da República da Argentina, o seguinte telegrama: **Preocupados com o desaparecimento em 27 de Agosto passado na capital argentina de António Maidana, Primeiro Secretário do Comité Central do Partido Comunista Paraguai e Emílio Roa, dirigente dos operários da construção, pedimos interferência de V. Ex.ª para esclarecer paradeiro e assegurar defesa de suas vidas.**

Conferência sobre a Namíbia, nova machadada sobre o racismo

Nos passados dias 11 a 13 de Setembro decorreu em Paris, na sede da UNESCO, a Conferência Internacional de Solidariedade para com a Luta do Povo da Namíbia. Esta Assembleia funcionou com uma ampla participação mundial, tendo estado presentes, entre outros, Sam Nujoma, presidente da SWAPO, Van Dunnen, representante a RP de Angola, Eduardo Panguene pela RP de Moçambique e Oliver Tambo, pelo ANC, integrando um numeroso grupo de representantes de governos africanos, presentes em força. Participaram ainda diversos organismos internacionais, nomeadamente a ONU, a OEA e o Conselho Mundial da Paz. Portugal esteve representado por delegações do PCP, CGTP-IN e MDM e ainda pelo general Costa Gomes.

Na Declaração e Programa de Acção saídos da Conferência, após se frisar que a independência de Angola, Moçambique e Zimbábue trouxeram um novo alento à luta dos povos da Namíbia e da África do Sul, reforçando a sua mobilização com vista à vitória final, acusa-se o regime racista da África do Sul de ocupar ilegalmente a Namíbia, em flagrante violação da

lei internacional, da Carta e da autoridade das Nações Unidas, desenvolvendo uma repressão brutal contra o povo namibiano e uma exploração desenfreada dos recursos naturais do território. É igualmente sublinhada a utilização pelo regime racista do território namibiano como base de agressão contra a República da Zâmbia e a República Popular de Angola, a prática de crimes contra a Humanidade, impondo-se a sua expulsão do território da Namíbia.

A conferência reconheceu igualmente a SWAPO, movimento nacional de libertação da Namíbia, como o único representante autêntico do povo namibiano. Este estatuto foi ganho pela luta, o sacrifício e o sangue vertido pelos patriotas namibianos e foi confirmado pela ONU em 1973, sendo a SWAPO, presentemente, um membro respeitado da comunidade internacional. Por outro lado, sendo o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia a autoridade legal do território até à sua independência, tal autoridade não pode ser traída. Sublinha-se também que toda a colaboração directa ou indirecta com a potência que ocupa ilegalmente a Namíbia e qualquer

Programa de Acção

A Declaração prossegue recordando que quando as cinco potências ocidentais (França, Canadá, RFA, Grã-Bretanha e EUA) ofereceram, em 1977, os seus bons ofícios a fim de se promover a execução da Resolução 385 da ONU (1976) relativa ao processo de transição para a independência da Namíbia por meio de eleições livres e justas sob a orientação e controlo das Nações Unidas, a SWAPO e os Estados da Linha da Frente corresponderam com boa vontade, a fim de facilitar uma transferência rápida do poder para as mãos do povo da Namíbia. Esta cooperação permitiu às Nações Unidas a apresentação de um plano para a independência do território, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Segurança na sua resolução n.º 435 (1978). Mas as potências ocidentais permitiram que a África do Sul ignorasse este plano, escusando-se

mais uma vez a exercer qualquer pressão sobre o regime racista, envolvendo-se em prolongadas discussões que tinham como objectivo alterar as resoluções da ONU e o estatuto da SWAPO e minar a autoridade do Conselho para a Namíbia.

Deste modo a Conferência pede ao Conselho de Segurança da ONU para que reúna antes de 15 de Outubro de 1980 para impor sanções globais e obrigatórias, que prevejam um embargo petrolífero, contra o regime racista da África do Sul, a fim de o obrigar a aceitar as Resoluções 385 (1976) e 435 (1978) do Conselho de Segurança, fazendo apelo a todos os governos e organizações que apoiem a Declaração e tomem todas as medidas necessárias à luz das conclusões da Conferência.

São ainda convidadas todas as organizações de solidariedade para mobilizarem a opinião pública, levando assim a sua ajuda ao combate pela independência da Namíbia, muito particularmente, durante a **Semana de Solidariedade com o Povo da Namíbia**, que começará no próximo dia 27 de Outubro e foi decidida pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

5.ª Assembleia da Paz debate problemas fundamentais da segurança no país e no mundo

Decorreu no passado dia 20, na Sociedade Nacional de Belas Artes em Lisboa, a 5.ª Assembleia da Paz, órgão máximo do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Presidiu à Assembleia o dr. Carlos Candal que, numa breve intervenção inicial, salientou a importância de, no CPPC e na conjuntura actual, pessoas de diferentes convicções serem capazes de ultrapassar as suas divergências políticas para defender em conjunto a causa da paz, do fim da corrida aos armamentos e do desarmamento, considerando ainda que o CPPC e o seu prestígio saíram reforçados das posições tomadas e da acção desenvolvida perante a crise internacional e a ameaça da «guerra fria» em 1980.

O general Costa Gomes proferiu a alocução inaugural, onde referiu, nomeadamente, três acontecimentos que considerou os mais notáveis em matéria de desarmamento na década de 70: a Conferência de Helsínquia, a sessão especial da ONU sobre desarmamento e a assinatura do Tratado SALT II.

Após a aprovação do relatório e contas procedeu-se à eleição das personalidades portuguesas ao Conselho Mundial da Paz (cujo parlamento mundial se reúne agora em Sófia) e à eleição dos órgãos nacionais do CPPC para o próximo biênio. A 2.ª parte da 5.ª Assembleia da Paz foi dedicada à análise das linhas gerais de acção do CPPC e à participação de uma delegação portuguesa no Parlamento Mundial dos Povos pela Paz, a realizar em Sófia, na Bulgária, de 23 a 27 do corrente.

Temas e moções

O primeiro tema em debate, a instalação de novos mísseis nucleares na Europa, o desarmamento e o encontro de Madrid, foi objecto de uma intervenção introdutória do general Costa Gomes, que, a dado passo, afirmaria ser «um erro grave, que está neste momento a ser cometido em

Portugal, o reforço armamentista dos pequenos países pois eles não têm possibilidade de assegurar a sua soberania e independência por meios militares mas sim por meios políticos», sublinhando que Portugal é hoje um país sem inimigos (que terá, quando muito, adversários devido ao facto de se encontrar integrado num bloco militar), terminando a sua intervenção considerando que o mais grave crime que pode ser praticado contra o Povo português é o de permitir o estacionamento ou passagem em Portugal de mísseis e armas nucleares, pois só os países que não tenham tais armas estacionadas ou em trânsito têm garantido que não serão alvo de um ataque ou resposta nuclear.

Os restantes temas trataram da Defesa da paz e a realização dos direitos do homem e a solidariedade com os povos em luta, da instalação em Portugal de mísseis e armas nucleares, defesa da soberania e independência nacional e das perspectivas do movimento da paz em Portugal e no mundo, tendo sido abordados, respectivamente, pelo prof. Orlando de Carvalho e pelos drs. Piteira Santos e Silas Cerqueira.

Esta 5.ª Assembleia da Paz aprovou ainda, por unanimidade, três moções, a primeira condenando a utilização do território nacional (continental ou insular) para a instalação, estacionamento, armazenamento ou trânsito de mísseis ou quaisquer armas nucleares, a segunda apelando a todos os portugueses e democratas para levantarem a sua voz contra a corrida aos armamentos e a instalação de novos mísseis nucleares na Europa, pelo desarmamento político e militar e por uma participação construtiva dos representantes de Portugal na Conferência de Madrid, e a terceira instando os órgãos de soberania para que promovam a política de desarmamento e de desarmamento imposta pela Constituição e a que apoiem nas instâncias internacionais a luta dos povos oprimidos e que ponham termo aos obstáculos levantados à cooperação com outros povos e países do mundo.

PCP toma posição sobre condenação à morte de Kim Dai-Jung

Em apenas seis minutos os cinco juizes militares chefiados pelo major-general do Exército Monn Ung-Sik, na Coreia do Sul, resumiram as «provas» e apresentaram a sentença de morte contra Kim Dai-Jung, um destacado militante da oposição ao regime, preso em Maio passado.

A sentença de morte foi pronunciada apesar dos amplos protestos da opinião pública internacional e assenta nas tradicionais acusações de «revolta antigovernamental» e «actividades subversivas», recurso «jurídico» a que recorrem sempre os regimes fascistas quando pretendem eliminar opositores. Tudo ao abrigo da lei marcial, evidentemente.

É a seguinte a nota do Secretariado do CC do PCP emitida a propósito desta condenação: «Acaba de ser anunciada por um Tribunal Militar da Coreia do Sul a condenação à morte por enforcamento de Kim Dai-Jung, conhecido patriota da Coreia do Sul, que obteve 45% dos votos nas eleições presidenciais de 1971, não obstante as graves limitações impostas pela ditadura de Park-Jung-Hi.

luta pelas liberdades democráticas e contra a ditadura fascista e, particularmente, na sequência da feroz e sangüinária repressão perpetrada pelas autoridades fascistas apoiadas pelo imperialismo norte-americano, de quem dependem, contra a população sublevada de Kwangju.

Esta condenação causou uma profunda indignação entre homens e mulheres de diferentes sectores, classes, ideologias, posições políticas e religiosas de todo o mundo. O julgamento de Kim Dai-Jung suscitou na opinião pública mundial um vasto movimento de solidariedade onde naturalmente participam vastos círculos de democratas portugueses.

«O PCP condena firmemente este «julgamento» e esta condenação e exige a libertação de Kim Dai-Jung e de todos os presos políticos do Sul da Coreia.

«O PCP apela a todas as mulheres e homens portugueses amantes da liberdade para manifestarem o seu repúdio por esta ignominiosa condenação junto das autoridades sul-coreanas a fim de salvar a vida de Kim Dai-Jung».

FASCISMO NUNCA MAIS

«E presentes estamos e presentes dizemos à Pátria e a Salazar»

A senhora dona Maria Teresa Costa Macedo ocupa um cargo no governo Carneiro/Amaral — é secretária de Estado da Família. A senhora dona Maria Teresa Costa Macedo é candidata a deputada nas listas da «AD». Nesta dupla condição — candidata e secretária da Família do governo — falou num dos recentes programas televisivos da «AD». Falou claro, da família e das virtudes da «AD».

Disse a senhora dona Maria Teresa Costa Macedo: Nós, as que somos, simplesmente, as mães, as mulheres e as filhas de Portugal, que ainda não fomos chamadas para cumprir qualquer missão, queremos dizer, hoje aqui, queremos dizer a Salazar, que no silêncio das nossas casas, no silêncio das nossas vidas, educamos os nossos filhos no amor de um Portugal eterno...

Claro, a senhora dona Maria Teresa Costa Macedo não disse isto no tal programa de televisão; disse-o, no dia 27 de Abril de 1966, numa sessão realizada no Teatro da Trindade, promovida pela Liga 28 de Maio e destinada a celebrar os 38 anos de ditadura de Salazar. Disse-o em representação da Mocidade Portuguesa. Disse-o, perante altos dignitários do regime fascista, que a escutavam embevecidos: o ministro do Interior Santos Júnior, o presidente da Comissão Executiva da União Nacional, o Tenreiro chefe da Legião, o Supico Pinto da Câmara Corporativa, o Mário de Figueiredo da Assembleia fascista

e outros altos dignitários do regime (Mota Veiga, Gonçalves Proença, Barbieri Cardoso, etc).

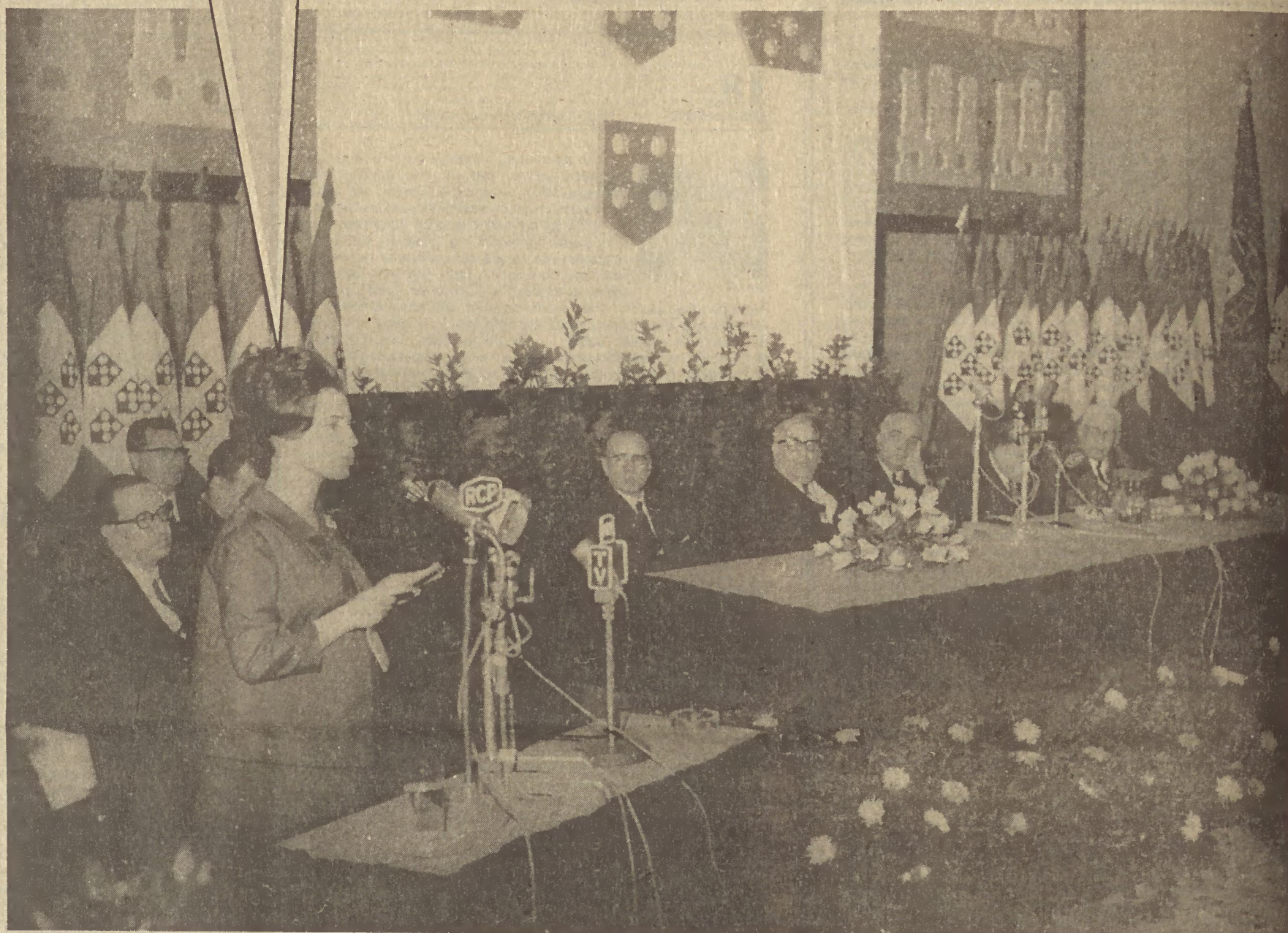
A sua intervenção mereceu mesmo uma fotografia de primeira página no «Diário de Notícias» do dia seguinte ao do evento, com a legenda: **Uma senhora figurou entre os oradores da sessão efectuada no Teatro da Trindade.**

No programa da «AD», a senhora dona Maria Teresa Costa Macedo não falou em nome da Mocidade Portuguesa, mas em nome da «AD»; não quis dizer nada a Salazar, mas quis prometer coisas aos portugueses.

Hoje, passados estes anos, quando já não vivemos nem

no silêncio das nossas casas nem no silêncio das nossas vidas, esta senhora já não vem à televisão tecer loas à «Revolução Nacional» como naquela altura o fez. Desta maneira:

A Revolução Nacional continua sempre na medida em que nós quisermos. E os homens são os mesmos, os de ontem e os de hoje. E nós somos as mesmas, sempre voluntárias no oferecimento, generosas na aceitação, possuindo a certeza da vitória. E sabemos ter ainda mais fé, ainda mais entusiasmo, ainda mais amor porque a Pátria precisa de nós, de todos nós! E presentes



estamos, e presentes dizemos à Pátria e a Salazar. Há 14 anos, a senhora dona Maria Teresa Costa Macedo, em repre-

sentação da Mocidade Portuguesa, lamentava ainda não ter sido chamada para cumprir qualquer missão. Passados 14 anos,

Carneiro e Amaral deram-lhe uma missão. E, por isso, com a mesma fé, o mesmo entusiasmo e o mesmo amor de há 14 anos,

a senhora dona Maria Teresa Costa Macedo foi para secretária da família do governo «AD». E veio à televisão dizer presente. Já

não a Salazar, mas à «AD». De qualquer forma, ao passado! Senhora dona Maria Teresa Costa Macedo: fascismo nunca mais!

...Mas nas listas da «AD» há mais quem tenha dito presente ao fascismo!

O caso da senhora dona Maria Teresa Costa Macedo não é único: as listas de candidatos que a «AD» apresenta às próximas eleições do dia 5 de Outubro encontram-se bem recheadas de nomes de antigos servidores do regime fascista, de figuras gradadas dos monopólios e da alta finança de então, de dilectos colaboradores e discípulos de Salazar e Caetano, de homens que disseram presente à ditadura. Senão vejamos:

Diogo Pinto Freitas do Amaral, presidente do CDS e 2.º candidato da «AD» por Lisboa — filho do engenheiro Duarte do Amaral (figura importante do regime fascista, foi secretário de Salazar, várias vezes deputado à Assembleia fascista e membro das gerências da SACOR, CIDLA e NITRATOS). Diogo, quando jovem, foi dirigente da chamada «Acção Académica», organização estudantil fascista dirigida pelo informador da PIDE Pedro Cabrita. Foi, depois, assistente de Marcelo Caetano, procurador à Câmara Corporativa durante três anos e consultor do CDI, órgão do regime mais conhecido como super-PIDE.

Adelino Amaro da Costa, vice-presidente do CDS e candidato «AD» pelo Porto — filho do engenheiro Manuel Amaro da Costa (que foi secretário de Estado da Indústria, do Fomento Ultramarino e das Obras Públicas em vários governos de Salazar), Adelino ocupava, quando o fascismo caiu, o cargo de director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação fascista, para que tinha sido nomeado em Janeiro de 1974, por despacho de Marcelo Caetano. Aliás, a carreira do vice-presidente do CDS no Ministério da Educação do fascismo foi fulgurante — um ano antes, em Fevereiro de 1973, fora nomeado subdirector desse Gabinete de Estudos e Planeamento. Anteriormente, e desde 1970, tinha exercido funções no Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa do fascismo.

Basílio Horta, vice-presidente do CDS e candidato da «AD» por Braga era filiado na União Nacional e foi membro da respectiva Comissão Administrativa (órgão que «geria» os fundos do partido único fascista). Desempenhou diversos cargos públicos durante o regime fascista,

nomeadamente o de secretário-geral da Corporação da Indústria. Depois do 25 de Abril, e antes de ter sido nomeado dirigente do CDS, foi secretário-geral da CIP.

Francisco Pinto Balsemão, dirigente do PPD, cabeça-de-lista da «AD» pelo Porto — foi deputado à Assembleia fascista, notabilizando-se por ter convidado o «ultra» Kaulza de Arriaga a candidatar-se à Presidência da República, a fim de «suceder» a Tomás. Além disso, foi secretário de Pedro Martinez, quando esta figura gradada do fascismo foi ministro da Saúde de Salazar. A família de Balsemão foi grande accionista do «Diário Popular».

posição que aquele viria a vender a fim de fundar o «Expresso», jornal de que ainda é um dos proprietários. Actualmente ocupa posições nos corpos gerentes de diversas empresas.

Vítor Pereira Crespo, do PPD e cabeça-de-lista da «AD» na Guarda. Foi vice-reitor e reitor da Universidade de Lourenço Marques, nomeado em comissão de serviço pelo regime fascista, após o que desempenhou, a partir de Janeiro de 1972, cargo de director-geral do Ensino Superior. Foi condecorado, durante o fascismo, com o grau de grande-oficial da Ordem de Instrução Pública.

José Vicente Carvalho Cardoso, dirigente do CDS e candidato da «AD» por Lisboa — foi dirigente da ANP, tendo feito parte da Comissão de Redacção e Conclusões no decorrer do Congresso do partido único fascista realizado em Tomar, em 1973. Couberam-lhe então as funções de relator da secção de Política Agrícola. É, actualmente, grande amigo de alguns dos «barões» da CAP, como Prates Canelas e Tomás Correia.

Francisco Magro dos Reis, do CDS e candidato da «AD» por Lisboa — foi deputado na Assembleia Nacional fascista e protegido do respectivo presidente, Amal Neto, que quem é sócio numa cooperativa fruteira na Chamusca. Tem íntimas ligações com as famílias Colares Pereira e Passanha.

Todas estas figuras mais ou menos gradadas do regime fascista que se candidatam nas listas da «AD» ocuparam cargos no governo Carneiro/Amaral. A começar pelo próprio Amaral, vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros; Amaro da Costa, ministro da Defesa; Basílio Horta, do Comércio e Turismo; Pinto Balsemão, ministro-adjunto; Vítor Crespo, da Educação; Carvalho Cardoso, secretário de Estado do Fomento Agrário; Francisco dos Reis, chefe de gabinete de Carvalho Cardoso.

Porém, a lista dos homens da «AD» ligados ao regime fascista podia continuar. Por exemplo, com o nome de **Ângelo Correia** (do PPD e candidato por Aveiro), que foi membro do gabinete do subsecretário de Estado do Planeamento Económico em 1969 e director do Centro de Informação e Turismo de Timor em 1971-1972. Ou com o nome de **António Gomes de Pinho** (do CDS e candidato por Lisboa), que foi dirigente da ANP e fez parte da Comissão de Redacção e Conclusões do Congresso de Tomar daquela agremiação fascista, sendo relator da secção de Trabalho e Previdência.

Isto tudo para já não falar de **Adriano Moreira**, que foi ministro do Ultramar de Salazar, de quem chegou a ser apontado como «delim» e que agora reaparece como candidato da «AD» pelo distrito de Bragança.

São estes homens do passado que é preciso derrotar nas próximas eleições de 5 de Outubro.

